PROGRAMA BANDEIRA AZUL
2016

DOCUMENTO DE APOIO À REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

"Ninguém cometeu maior erro do que aquele que não fez nada só porque podia fazer pouco"− Edmund Burke –

ABAE
ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

PARTE I - Atividades de educação Ambiental para as Praias (critério 2) e Marinas (critério 4) - Considerações gerais

PARTE II - Tipos de atividades, número, localização, divulgação, datas de realização, etc.

PARTE III - Tema Anual 2016 – Breves considerações

PARTE IV - Preenchimento da plataforma de candidatura

PARTE V - Estruturas e Equipamentos para Educação Ambiental

PARTE VI - Avaliação

PARTE VII - Temáticas e conceitos abordados em edições anteriores no âmbito do Programa Bandeira Azul

Trinta anos, trinta critérios, um objetivo.

PARTE I

Atividades de Educação Ambiental para as Praias (critério2) e Marinas (critério 4) - Considerações gerais

ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA PRAIAS (CRITÉRIO 2) e ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA MARINAS (CRITÉRIO 4)

Em 2016 o Programa Bandeira Azul começa a celebrar os seus **30 Anos**. Desde o primeiro critério que muita coisa mudou, desde a forma com que vemos o ambiente, os recursos naturais ou mesmo o usufruto que fazemos deles, sobretudo num contexto balnear.

Portugal foi um dos Países fundadores do Programa Bandeira Azul a nível mundial e por isso mesmo consegue perceber melhor a evolução que aconteceu com o decorrer dos anos, como por exemplo a capacidade de responder à maior exigência e especificidade dos critérios de atribuição do galardão.

Nestas três décadas a qualidade e a segurança nas nossas praias, marinas e portos de recreio aumento exponencialmente sendo que a Bandeira Azul é neste momento um símbolo nacional e internacional desses mesmos critérios pelo que no ano em que celebramos o nosso trigésimo aniversário resolvemos juntar a celebração aos trinta critérios existentes, fazendo uma retrospetiva para descobrir um denominador comum desde o primeiro dia.

O tema proposto para o Programa Bandeira Azul 2016 é 30 Anos, 30 Critérios, Um Objetivo.

Assim, pelo menos, duas das seis atividades de Educação Ambiental deverão, obrigatoriamente, desenvolver este tema.

Para rentabilizar esforços aconselha-se uma coordenação entre os vários Pelouros do Município (p.e. Educação, Ambiente, Juventude e Turismo), bem como a colaboração com as demais entidades e organizações locais, que, de algum modo, possam ajudar a desenvolver Atividades de Educação Ambiental (EA).

O tema proposto, acima referido, privilegia a colaboração com as Áreas Protegidas (AP), as Organizações não-governamentais de Ambiente (ONGA), Equipamentos de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (Centros de Educação Ambiental, Centros de Interpretação de Áreas Protegidas, Quintas Pedagógicas, Ecotecas, ou os Parques Ambientais etc.) com as Escolas e ainda com outros programas desenvolvidos pela ABAE, nomeadamente, as Eco-Escolas e Jovens Repórteres para o Ambiente.

A candidatura das Atividades de Educação Ambiental – critério 2, deverá estar devidamente preenchida e ser submetida, na plataforma específica, durante a fase de candidatura *online*, impreterivelmente, até ao ***dia 29 de janeiro de 2016*.**

Os anexos dos relatórios poderão ser inseridos (uploud) nesta mesma plataforma ou enviados para bandeira.azul@abae.pt com uma listagem das zonas balneares candidatas nesse município.

É essencial que se **cumpram os prazos mencionados quer na fase de candidatura quer na de entrega dos relatórios finais de Educação Ambiental de modo a não se colocar em causa a atribuição do galardão**. De igual modo, é obrigatório o preenchimento da candidatura e posterior envio do Relatório, com a **Avaliação Final das Atividades de Educação Ambiental**, incluindo as realizadas nos Centros Azuis / Postos de Informação da BA na plataforma específica para o efeito.

Todas as Praias/Marinas cuja candidatura seja aceite pelo Júri Nacional do Programa (mesmo quando a Bandeira Azul não venha a ser hasteada) **deverão realizar as atividades de EA a que se propuseram, e apresentar um relatório final documentando a realização das mesmas, o qual deverá dar entrada na plataforma até ao *dia 17 de outubro de 2016*.**

No caso das candidaturas e relatórios concernentes aos **Portos de Recreio e Marinas** as Atividades de Educacão Ambiental poderão ser realizadas durante todo o ano e o relatório

As atividades, inicialmente, propostas na candidatura não podem ser alteradas sem conhecimento prévio da APA ou ABAE. Assim, caso seja necessário substituir atividades ou proceder a alguma alteração relativamente às atividades inicialmente propostas constantes da candidatura (alteração da periodicidade, do público alvo, etc.), é necessário que seja efetuado um contacto prévio com a APA ou ABAE solicitando a devida autorização.

Estas contingências visam assegurar a manutenção da Bandeira Azul e não dificultar a sua atribuição. Por isso, em caso de dúvida ou na ocorrência de problemas que coloquem em causa as atividades, aconselha-se um contato com a APA ou ABAE para apoio técnico.

Mais esclarecimentos sobre a componente de Educação Ambiental da Bandeira Azul deverão ser solicitados, preferencialmente, à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) – Dr. Jorge Neves Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental - Divisão de Cidadania Ambiental, à Associação Bandeira Azul ou ainda à respetiva Coordenação Regional (APA, ex - ARHs) ou Direções Regionais do Ambiente no caso das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

Trinta anos, trinta critérios, um objetivo.

PARTE II

Tipos de atividades, número, localização, divulgação, datas de realização, etc.

CLASSIFICAÇÃO/TIPO

As atividades consideram-se distribuídas por 4 grupos/tipos - A - B - C - D

A - Sensibilização Ambiental - (1 atividade em 6)

São, a título de exemplo, consideradas como atividades de tipo A, mensagens de sensibilização / material impresso em anúncios e artigos na imprensa escrita, *spots* na rádio ou na TV, mensagens em avionetas, em asa delta, em mobiliário urbano (ex. MUPI), folhetos, autocolantes, postais, sacos de lixo, palas para o sol, camisolas, livros ou brochuras com **informações para sensibilizar e informar o público sobre as** questões do **ambiente e desenvolvimento sustentável.**

Apenas serão consideradas como atividades de tipo A, aquelas que não forem parte integrante de outras. Por exemplo, um **percurso pedestre** implica a realização/distribuição de um folheto ou de uma brochura com informações sobre o trajeto. Neste caso**, a produção do material informativo respeitante ao percurso e a realização do percurso, constituem uma única atividade.**

ATENÇÃO:

Se o material de sensibilização for parte integrante de uma das 6 atividades de EA (3 no caso das Marinas) incluídas na candidatura, não se considera uma atividade à parte.

Se for distribuído, p. ex.**, a participantes em eventos sem componente de EA, ou atividades não incluídas na candidatura, então considera-se a sua distribuição/afixação como sendo uma atividade de tipo A.**

As mensagens que apenas divulgam o facto de determinada praia ter a Bandeira Azul, não serão consideradas.

Como as mensagens visam a sensibilização para a melhoria do Ambiente, numa ótica de Desenvolvimento Sustentável, desaconselha-se, vivamente, a distribuição maciça de folhetos que apenas contribui para aumentar o volume de resíduos sólidos na zona balnear, ou nos outros locais de distribuição.

De acordo com outros critérios, é **obrigatório** que haja material de divulgação sobre a BA nos **Postos de Informação e nos Centros Azuis.**

B - Com Participação Passiva do Público - (2 atividades em 6)

São consideradas ações do tipo B, a título de exemplo, programas de rádio com ou sem a participação do público com conteúdo informativo, sobre a qualidade das águas da zona balnear, ou outros problemas ambientais do concelho, dando sugestões aos ouvintes sobre formas de comportamento ambientalmente corretas, concursos sobre temas ambientais que apelem à participação dos ouvintes, etc.
Exposições, projeções de vídeos e/ou diaporamas sobre o Ambiente, Espetáculos de teatro, com enfoque especial para o tema anual. Conferências / debates, para o público em geral, para professores e alunos, industriais, concessionários das zonas balneares, pescadores, agricultores, etc.

C - Com Participação Ativa do Público - (2 em 6, sendo, pelo menos, uma realizada nas zonas balneares e dirigida aos banhistas)

São consideradas ações do tipo C, a título de exemplo, projetos com participação ativa do público-alvo realizados em parceria com escolas ou outros estabelecimentos de ensino, entidades locais, ONGA (ex. ***Projeto "Coastwatch" do GEOTA***).

Visitas guiadas e percursos, que envolvam *aprendizagem*, orientados por um guia qualificado que transmita informações de natureza ambiental e suscite a discussão das situações observadas, numa ótica de Desenvolvimento Sustentável.

Eventos especiais com participação ativa do público, tais como o **dia de limpeza do areal**, **de rios, ribeiras e matas**, coordenados por voluntários devidamente informados sobre a importância dessas atividades e dos locais onde se realizam. É fundamental que os dados recolhidos sejam divulgados à comunidade (exposição, debate, etc.).

Atividade lúdico-educativas com componente ambiental (ex. jogos de ambiente, gincanas) - é necessário que o conteúdo destes seja educativo e com temas ambientais. Devem privilegiar a vertente educativa e não a competitiva. É imprescindível que se dê uma explicação prévia aos participantes sobre os objetivos da atividade e que seja feita uma reflexão final sobre os resultados.

Criação de grupos de jovens devidamente formados, identificados, constituindo os **Fiscais do Ambiente ou Amigos da Praia.**
Nas praias **onde existam problemas de segurança, não se aconselha a realização desta atividade, pois convém prevenir atos de violência contra as crianças/jovens fiscais, algo que nunca deverá ocorrer.**

Estes grupos de jovens **devem ser voluntários, banhistas, utentes das zonas balneares** e não jovens integrados nos programas OTL ou OTJ. Devem ser facilmente identificados por exemplo através de bonés, camisolas, etc.
Os Amigos da Praia **devem alertar os prevaricadores, de um modo diplomático**, para colocarem o lixo nos contentores, explicar as razões pelas quais não devem levar os animais de estimação para a praia, elucidando ainda sobre o significado do galardão Bandeira Azul.

Oficinas: *de teatro*, com peças de conteúdo ambiental /educativo e adereços imaginados e elaborados pelos participantes; *de trabalhos manuais* com possibilidade de reutilização de materiais (RSU, materiais naturais não vivos, etc.).

Uma atividade que seja subdividida em "eventos" parcelares será considerada como uma única atividade e os eventos não podem ser apresentados em separado.

Se numa atividade de participação ativa forem distribuídos **folhetos ou materiais de sensibilização, essa distribuição é parte integrante da atividade e não considerada como uma Ação individualizada.**

Exemplos:

Atividade de limpeza de uma mata (C).
Se os participantes limparem uma mata, pesarem o lixo e fizerem um vídeo e uma exposição fotográfica sobre essa atividade, **não é possível preencher uma ficha para as ações de pesagem, outra para as de limpeza, outra para a projeção do vídeo e ainda outra para a exposição.**

Férias Ambientais (C).
Quando um grupo de jovens desenvolver várias ações no âmbito das férias ambientais, considera-se um único projeto no conjunto e não as ações parciais.

D - Com Efeito Multiplicador (1 atividade em 6)

São consideradas ações do tipo D, a título de exemplo, atividades de formação, que permitam ao público-alvo adquirir conhecimentos e competências para que possa posteriormente, como elemento multiplicador, desenvolver outras atividades.
Conferências, debates ou seminários **não se incluem neste grupo.**
Nas atividades de formação, o número máximo de formandos não deverá ultrapassar 15 a 20.
Relembra-se que **seminários, encontros** ou **palestras não são ações de formação, pelo que apenas as ações de formação são consideradas de tipo D.**

Cursos de formação sobre ambiente, dirigidos a professores, monitores de colónias de férias, responsáveis e membros de ONG, ou outras pessoas que, posteriormente, e ainda durante o Programa, possam desenvolver, mais atividades que promovam a participação das populações na melhoria da qualidade ambiental.

Não é considerada a formação dada aos jovens que vão limpar as zonas balneares, ou que estão nos Postos de Informação ou nos Centros Azuis, visto que **esta é essencial para que aquelas estruturas funcionem. Pelo contrário, é considerada como atividade deste tipo o conjunto de ações desenvolvidas pelos jovens integrados no Programa Nacional de Vigilância da Bandeira Azul, que decorre com a colaboração do IPDJ/OTLJ.**

VIGILÂNCIA AZUL

ATIVIDADES ONDE?

Dado que o âmbito dos critérios ultrapassa o espaço físico da praia, sendo alargado ao município, o âmbito geográfico das atividades de EA será o do concelho.

É obrigatório, no entanto, que 2 atividades, pelo menos, sejam realizadas em cada uma das praias ou marinas galardoadas e tendo por público-alvo os banhistas.

QUANTAS? SEIS (6) OU MAIS?

É obrigatória a realização de seis (6) atividades de EA por município.

No máximo, serão aceites 12 atividades, reservando-se à Comissão de Avaliação o direito de selecionar as que considera de maior interesse e relevância, no caso de ser apresentado um maior número atividades de EA.

Duas das atividades propostas devem, obrigatoriamente, desenvolver o tema anual.

Por vezes surge a necessidade **de cancelar ou adiar atividades previstas para as zonas balneares,** devido a condições meteorológicas adversas ou à falta de banhistas. Por isso, **é importante estabelecer um plano exequível que permita realizar essas atividades, numa outra data, sem colocar em causa a tipologia, periodicidade o número de atividades.**

ATENÇÃO!

Das 6 (seis) atividades SÃO OBRIGATÓRIAS:

- **1** **Atividade de sensibilização** **(A)**
- ***2*** **Atividades de participação passiva** **(B)**
- ***2*** ***Atividades de participação ativa*** ***(C)***
- ***1*** ***Atividade com Efeito Multiplicador*** ***(D)***

Sendo que destas:

- **2 Atividades, pelo menos, sejam realizadas em cada uma das praias ou marinas galardoadas;**
- **2 Atividades abordem, obrigatória e inequivocamente o tema anual: 30 Anos, 30 Critérios, Um Objetivo**

QUANTAS VEZES CADA?

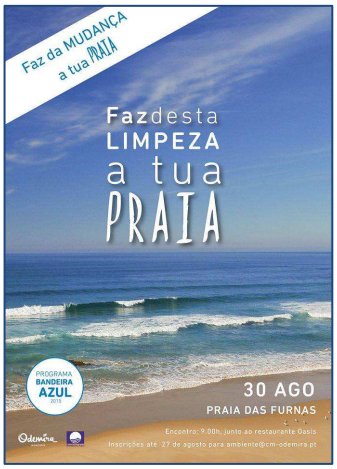
As atividades **não podem ser pontuais**, ou seja, uma visita guiada, uma atividade de limpeza ou uma exposição **não se deve realizar num único dia**. Deste modo, rentabiliza-se o investimento realizado, na produção de materiais de divulgação e de apoio, na delimitação de percursos de descoberta, na obtenção de materiais para as "oficinas ambientais", na montagem de exposições, etc.

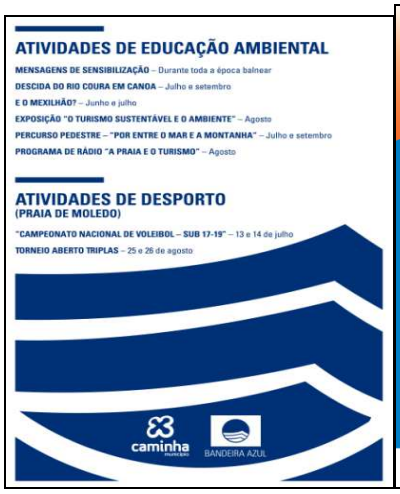
A distribuição das atividades ao longo do ano e a sua periodicidade devem permitir abranger o maior número possível de meses **principalmente durante a época balnear e na praia** para que o público-alvo possa ser o mais numeroso e diversificado possível**, incluindo os seniores e cidadãos portadores de deficiência.**

DIVULGAÇÃO

Para assegurar o sucesso das atividades é imprescindível que seja realizada uma boa divulgação. Esta deve ser apelativa recorrendo a imagens com cor e grande impacto visual. A descrição deve ser breve e precisa (dia, hora, local e tipo de atividade).

Exemplos:





Podem ser usados vários meios: a rádio (várias autarquias têm protocolos com rádios locais), brochuras com informação sobre o Programa e o calendário das atividades, inserção de informação no Boletim Municipal, nas Agendas Culturais e na página da *internet* da edilidade, noticia no jornal da freguesia etc.

A divulgação das atividades **não é considerada uma atividade de EA, pois é parte integrante das atividades.**

As atividades devem realizar-se em locais frequentados por muito público e/ou aproveitando **datas festivas**, p. ex. as festas do município.

A estratégia será levar as atividades ao público e não o público às atividades.

Assegurar o cumprimento das regras de segurança, é fundamental para o êxito de uma campanha com elevado número de participantes.

Utilizar sempre o equipamento adequado e procurar locais cuja utilização não seja suscetível de causar qualquer dano à integridade física dos participantes.

Na zona balnear, realize atividades calmas e à sombra nas horas de maior calor.

Comparando um folheto com uma brochura, com igual tiragem, distribuídos à mesma população alvo, mas tendo a brochura maior e melhor conteúdo informativo é natural que se considere que esta terá maior efeito na sensibilização da população.

Uma exposição atrativa e com bom conteúdo têm maior efeito educativo se forem produzidos documentos de apoio às visitas.

Este material de apoio poderá ser distribuído, previamente, aos professores, monitores ou responsáveis por grupos organizados, para poderem preparar a visita. Para além da descrição e objetivos da exposição, estes materiais poderão conter propostas para o estudo mais aprofundado dos temas (ou de outros relacionados) e para a realização de trabalhos anterior e/ou posteriormente à visita.

Exemplos:

Um festival de gastronomia pode proporcionar a abordagem de temas relacionados com a escassez de determinado tipo de espécie marinha ou fluvial e com a sua substituição, na alimentação, por outras espécies menos afetadas pela sobre pesca.

Podem ainda ser considerados outros aspetos, tais como a relação entre a qualidade da água e a qualidade e quantidade do peixe capturado, a relação entre as diferentes espécies, exemplos de espécies com qualquer figura de proteção especial, etc.

Exemplos:

Sempre que se verifique dificuldade em cumprir a periodicidade de uma atividade esta poderá ser compensada, nalguns casos, com o aumento do número de atividades diferentes, mas respeitando a sua tipologia.

Em praias de menor dimensão, é frequente as autarquias referirem que os banhistas são sempre os mesmos pelo que não compensa repetir várias vezes a mesma atividade. Nesses casos, deverão programar atividades **diferentes**, de modo, a garantir a realização de AEA durante toda a época balnear.

NOME OU TÍTULO DAS ATIVIDADES

O nome ou título da atividade é também decisivo para o sucesso da divulgação da AEA contribuindo para mobilizar o público-alvo motivando-o, desta forma, para a sua colaboração e/ou participação.

Exemplos:

"Bichos do mar com Histórias para contar"

"O Chorão papão"

"Cristais do mar"

"Deixa apenas a pegada"

"Venha conhecer a biodiversidade costeira"

"Atividade de remoção de invasora"

"Visita guiada às salinas"

"Não suje a praia, campanha de limpeza do areal"

QUANDO?

Com o objetivo de aproveitar melhor o tempo disponível, sugere-se que as atividades **se iniciem,** ou pelo menos **comecem a ser** programadas, **de 1 de outubro do ano anterior a 30 de setembro do ano de execução do Programa, com uma maior incidência durante a na época balnear.**

O prazo de entrega do relatório das AEA termina, impreterivelmente, a *17 de outubro de 2016* - data de submissão na plataforma ABAE, com o enceramento da plataforma, pelo que as atividades programadas e apresentadas na candidatura **não deverão ultrapassar o final de Setembro de 2016.**

No caso de se tratar das candidaturas e relatórios dos **Portos de Recreio e Marinas** estes prazos são diferentes. As AEA poderão ser realizadas durante todo o ano e o relatório entregue **no final do ano de candidatura, em *dezembro de 2016*.**

Trinta anos, trinta critérios, um objetivo.

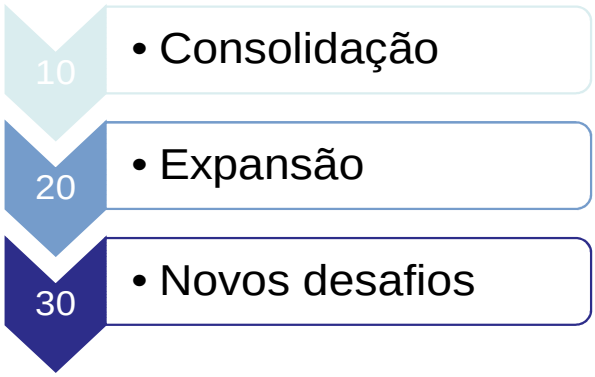
PARTE III

Tema Anual 2016 – Breves considerações

TEMA ANUAL 2016

BREVES CONSIDERAÇÕES

Trinta anos, trinta critérios. Um só objetivo.



A Bandeira Azul faz trinta anos e desde o primeiro critério muita coisa mudou na forma como vemos o ambiente, os recursos naturais e o usufruto que fazemos deles, sobretudo num contexto balnear.

Portugal foi um dos países fundadores da Bandeira Azul, conhece bem esta evolução e soube responder à cada vez maior exigência e especificidade dos critérios de atribuição do galardão.

Nestas **três décadas**, a qualidade e segurança das nossas praias, portos de recreio e marinas aumentou, e no ano em que "casamos" o nosso aniversário com o número de critérios, fazemos a retrospetiva que se impunha para descobrir um denominador comum desde o primeiro dia. O rigor e o respeito escrupuloso pelos critérios que garantem a excelência de uma zona balnear são os mesmos.

O Tema é bastante extenso no que respeita o seu desenvolvimento pois a partir dos 30 critérios os municípios poderão fazer um balanço escolhendo um, dois três ou mais critérios e analisar a sua implementação ao longo dos 30 anos e identificar as "TOP 10 das AEA" ou, porque, não, as "TOP 30 das AEA" mais populares, com maior implementação, e/ou com maior sucesso e que efetivamente poderão ter sido motor para uma mudança de comportamentos, expressiva, junto de determinados públicos-alvo, inequivocamente, identificados com sejam: turistas, crianças, adultos, seniores, cidadãos portadores de deficiência …

As TOP 10/ TOP 30 Atividades de Educação Ambiental poderão versar as seguintes temáticas:

- As alterações na gestão de águas residuais e efluentes domésticos, industriais e agrícolas que foram feitas para melhorar a qualidade das águas e das praias;
- As infraestruturas de apoios, acessos pedonais, de recreio e educação ambiental, de proteção às dunas e zonas sensíveis que foram construídos;
- O número de crianças e jovens que foram sensibilizados e que levaram a mensagem para casa, onde aumentaram os seus índices de reciclagem e consequente recuperação de matérias-primas;
- A área costeira e marinha que passou a ser considerada 'topo de gama' no cartaz do turismo nacional;
- Biblioteca ambiental;
- Percursos de descoberta da zona balnear;
- Observação ao microscópio e à lupa de seres vivos marinhos e do litoral;
- Passagem de filmes, diapositivos, exposições, debate sobre ambiente litoral, turismo sustentável, **evolução da BA em Portugal**;
- Oficinas ambientais de realização de moldes de conchas e despectivo estudam e identificação das mesmas, bem como de fósseis que, por vezes, aparecem nas arribas;
- As toneladas de resíduos e lixos variados que foram recolhidas …
- Realização de reciclagem de papel usando restos de algas que dão à zona balnear;
- Jogos de mesa sobre o tema Anual: **Trinta anos, trinta critérios. Um só objetivo**.
- Oficinas de leitura ou de teatro com obras e peças de ambiente e sensibilização, nomeadamente, que possam **abordar o tema Anual de 2016**;
- Materiais de divulgação sobre a **Evolução Bandeira Azul, nos últimos 30 anos;**
- Estudo, palestras, formação, avaliação das **Atividades de Educação Ambiental TOP MAIS 10, 20, 30 …**

Uma iniciativa para inspirar todos nós – os que passeiam, navegadores, surfistas, mergulhadores, banhistas e amantes de praia- a gastar 2 minutos a proteger o que amamos! E divulgar em **fcb # 2minutebeachclean**

No âmbito do Tema será lançado ainda, um Concurso de Inovação, Serviços, Equipamentos, Acessos, Transportes, Informação, Atividades, Proteção, Gestão etc.

Em Portugal, várias autarquias desenvolvem atividades com qualidade e dirigidas a vários tipos de público. Desta forma, o contacto entre os técnicos das várias autarquias que candidatam zona balneares à Bandeira Azul é também uma forma de melhorar a componente de EA, trocando-se experiências e ideias, de modo a diversificar e aumentar a qualidade das atividades que se vêm realizando nas nossas zona balneares.

É importante manter atualizada a informação que está disponível ao público e cuidar das condições ambientais e de serviços prestados na zona balnear, responsabilizando, cada vez mais, os concessionários. Relembra-se que, todos os anos a **Coordenação Internacional inspeciona as zonas balneares galardoadas**.

Desta forma, quando são contactadas outras entidades ou pessoas alheias à autarquia convém que as mesmas sejam colocadas ao corrente do que é o Programa, repartindo-se assim, responsabilidades em termos da manutenção do galardão.
As atividades em parceria com escolas devem ser precedidas de informação, sensibilizando os alunos para o facto de, com o seu comportamento poderem ajudar a manter a Bandeira Azul, cada vez mais azul. Por isso, devem ser dados exemplos práticos de comportamentos que cada cidadão deve ter na zona balnear, de modo a que a água e a areia, bem como os equipamentos e estruturas estejam em condições para cumprirem todos os critérios.

Muita coisa mudou em 30 anos de BA e essa análise por parte dos municípios impõem-se neste momento, que esta fase inaugura lançando novos desafios a todos os cidadãos do mundo, MUNDO, que queremos mais sustentável para as gerações vindouras.

Trinta anos, trinta critérios, um objetivo.

PARTE IV

Preenchimento da plataforma de candidatura

COMO PREENCHER A PLATAFORMA?

Não são solicitados novos documentos a anexar contudo é fundamental consultar a informação disponibilizada pela Coordenação:

Regulamento do Programa Bandeira Azul (e respetivos anexos)

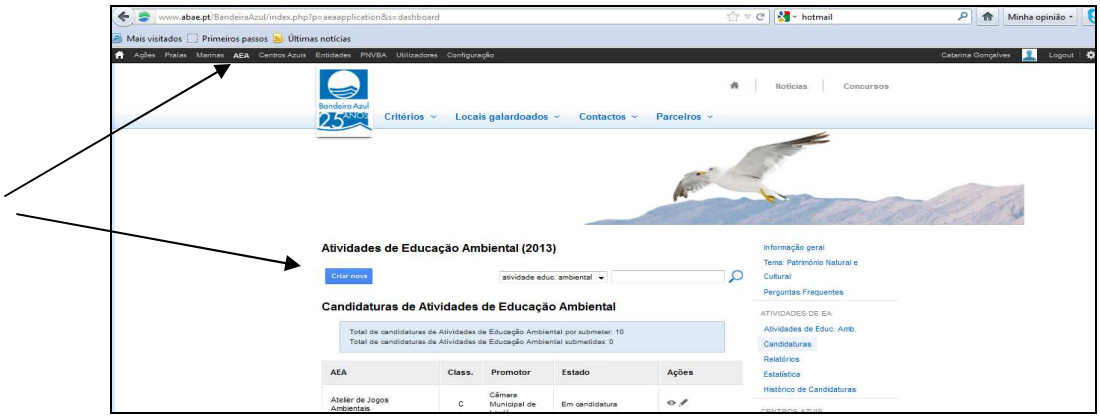
- **Anexo I** **Critérios: praias e marinas**
- **Anexo II** **Júri e Estrutura de funcionamento**
- **Anexo III** **Processo de candidatura**
- **Anexo IV** **Serviço de Candidatura**
- **Anexo V** **Procedimentos Orientadores para as visitas de controlo**
- **Anexo VI** **Declaração das entidades responsáveis**

Guias de cumprimento dos critérios
Guia dos critérios das praias e marinas
Guia dos critérios das marinas

E não esquecer …

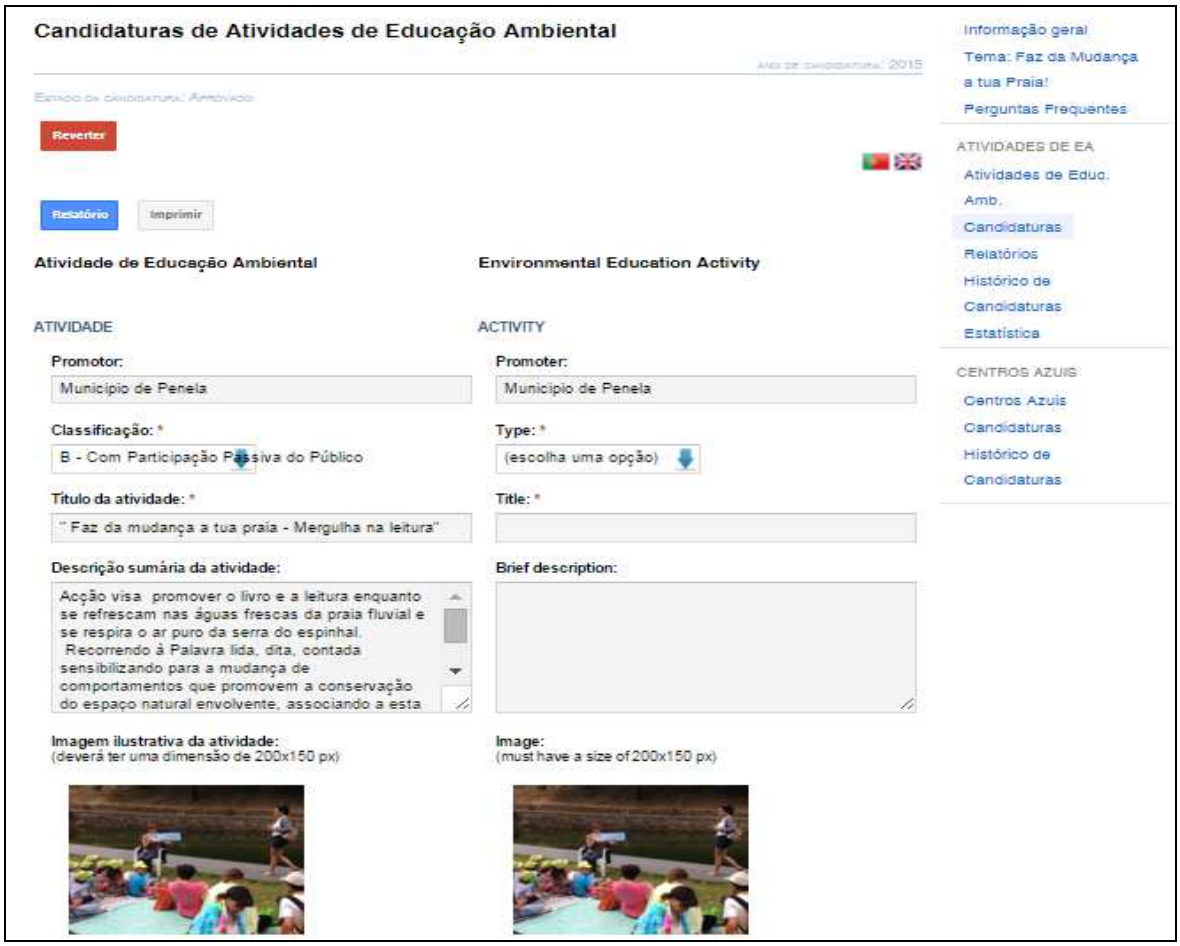
O Guia de apoio às Atividades de Educação Ambiental!

CANDIDATURA DE AEA (Atividades de Educação Ambiental) NA PLATAFORMA



Escolher AEA e depois "criar nova"

É obrigatório a tradução em inglês das candidaturas e relatórios das AEA e os relatórios não poderão ser submetidos sem avaliação pré-definida.



Para cada uma das atividades de EA tem de ser submetido um conjunto de questões. Para um correto preenchimento das mesmas é essencial a leitura das indicações inframencionadas:

Critério 2 para Praias e Critério 4 para Portos de Recreio e Marinas

Esta plataforma deverá ser utilizada para candidatar as atividades do critério 2 (mínimo de 6 atividades e máximo de 12) e atividades dos Centros Azuis, Postos de Informação da Bandeira Azul.

Nome da atividade

Para facilitar a avaliação e divulgação, cada atividade deve ter um nome próprio, que permita identificá-la com facilidade. Por vezes, algumas entidades locais atribuem o mesmo nome a todas as atividades ou referem apenas o tipo de atividade (A, B, C ou D) sem especificarem um título.

Descrição sumária da atividade [...]

É indispensável que seja fornecido o máximo de informação sobre as atividades a realizar, para permitir uma avaliação mais correta das mesmas. Aqui devem incluir-se aspetos que os organizadores considerem relevantes em termos de Educação Ambiental e que permitam uma correta compreensão da atividade.

Devem referir-se os objetivos ambientais e educativos que se pretendem alcançar. É importante incluir informações sobre a atividade, tais como o resumo ou tópicos das palestras nas escolas, guiões, textos dos spots, folhetos ou outro material, descrição dos jogos e conteúdos das exposições.

Atividades da autarquia em parceria com outra (s) entidade (s)

Assinalar se a atividade é realizada em parceria com outras entidades ou organizações. Em caso afirmativo devem-se identificar a(s) entidade(s).

Entidade que implementará a atividade

Nem sempre é a autarquia que desenvolve as atividades, nalguns casos mesmo sem parcerias, são as ONGAs, as escolas ou os concessionários que as implementam, por isso a sua identificação é necessária. Igualmente deve(m) ser identificada(s) a(s) empresa(s) que desenvolvam atividades por aquisição de serviços.

Elemento de contacto na autarquia ou PR/Marina [...]

Dado que poderá haver necessidade de contactar a autarquia para esclarecer pormenores, é imprescindível a designação de um técnico que coordene todo o Programa.
Deverão, assim, ser indicados nome, telefone, fax e se possível e-mail, que possam ser usados durante as horas de expediente.
Mesmo em atividades realizadas em parceria com outras entidades é importante que existam técnicos na autarquia que possam dar informações acerca de todas as atividades, que consigam fazer algum acompanhamento das mesmas, assegurando que as entidades parceiras cumprem aquilo a que se comprometeram com a autarquia, aquando da candidatura.

Local de realização [...] e Datas/meses previstos [...]

Deve (m) ser indicado (s) o (s) local (ais) concreto (s) onde se realizará a atividade e as datas em que ela decorrerá. Por exemplo, para uma atividade que se realize na praia ou marina "X" nos dias 6 de Junho, 10 de Julho, 15 de agosto e 3 de Setembro e na escola "Y" nos dias 3 de Março e 5 de Abril deve indicar-se: "Zona balnear X – 6/6, 10/7, 15/8, 3/9; Escola Y – 3/3 e 5/4".
No caso das visitas guiadas bastará referir alguns dos locais a visitar. Na descrição da atividade devem ser fornecidos mais pormenores (ex. escolas envolvidas).

Periodicidade (número de vezes que se realiza em cada local)

Por vezes, na fase de candidatura, é difícil indicar datas concretas, portanto este item completa o anterior. É importante saber o n.º de dias e/ou período (s) de tempo em que a atividade irá decorrer. Assim, p.e. uma atividade que se realize em três dias diferentes, em cada mês, de Março a Junho poderá indicar-se: "3 dias por mês de Março a Junho".

Duração por ação

Se uma atividade se realiza várias vezes, considera-se cada uma dessas vezes como sendo uma Acão. Se uma exposição se realizou duas vezes (2 ações) durante 15 dias cada, assinala-se a duração de cada Ação como sendo de 15 dias. Se um jogo educativo teve lugar na zona balnear 6 vezes, em semanas diferentes e, em cada dia, se desenrolou durante 2 horas, assinala-se as 2h.

Verba prevista

Com este item pretende-se tentar determinar a relação qualidade/investimento. É importante para os municípios fazerem a sua própria avaliação deste item.

Dirigida a...

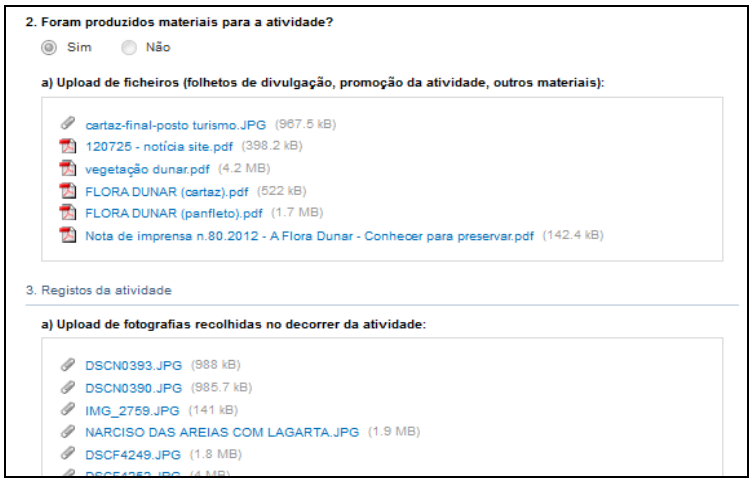
Público-alvo a quem se dirige a atividade. Podem ser assinaladas várias opções para uma melhor caracterização. Se for dirigida a outro público não discriminado na ficha, assinalar "Outros" e especificar.

Modo de divulgação da atividade *a priori* e *a posteriori*

Deve indicar-se a forma como se prevê realizar a divulgação da atividade, visto que uma boa divulgação é essencial para que haja uma maior adesão do público e sucesso informativo e educativo. A divulgação dos resultados e do sucesso (ou insucesso) de uma atividade é muito importante, pois permite motivar as pessoas que não participaram a aderirem em futuras ações. Para além disso, a divulgação de alguns dos resultados das atividades permite não só fornecer mais informações às pessoas, bem como dar uma maior visibilidade do trabalho da autarquia em prol do ambiente para o desenvolvimento sustentável.

Material a enviar no final do Programa para documentar a atividade

Indicar o tipo de materiais que preveem enviar/anexar no final. Este item serve também para lembrar aos responsáveis pela atividade (Em alguns casos não pertencentes às autarquias), que é imprescindível obterem elementos ilustrativos.



É fundamental que aquando da submissão do relatório na plataforma todas as atividades tenham**, em anexo**, os documentos produzidos ou utilizados para realização das respetivas atividades.

Todo o registo fotográfico deverá impreterivelmente estar devidamente datado (Fotografia do antes, durante e depois bem como dos pormenores considerados importantes e pertinentes).

ATENÇÃO: Estas questões devem ser preparadas, com antecedência, durante a planificação da atividade!

Avaliação da atividade

É obrigatória a descrição do tipo de avaliação planeada. Para cada atividade proposta deverá ser equacionada a avaliação mais adequada (com inquéritos orais, escritos, número de participantes, etc.) Aquando da submissão do relatório final de atividades de EA, utilizando a plataforma criada para o efeito, toda a documentação relativa à **avaliação, deverá, obrigatoriamente, ser inserida (fotos datadas, materiais utilizados, etc.)**

Trinta anos, trinta critérios, um objetivo.

PARTE V

Estruturas e Equipamentos para Educação Ambiental

Equipamentos de Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável

A existência de uma estrutura deste tipo, com programa próprio, será considerada uma atividade de tipo C, do Critério 2.

Os equipamentos para educação ambiental para o desenvolvimento sustentável correspondem a todas as iniciativas que, contando com instalações apropriadas e equipas educativas especializadas, oferecem programas e atividades neste âmbito.

Mais informações em**: http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=142&sub2ref=698**

Estes equipamentos assumem um elevado potencial enquanto centros dinamizadores de educação ambiental para a sustentabilidade nas regiões onde estão inseridos, funcionando ainda como importantes recursos complementares para o sistema educativo formal.

Exemplos deste tipo de equipamentos são os Centros de Educação Ambiental, Centros de Interpretação de Áreas Protegidas, Quintas Pedagógicas, Ecotecas, ou os Parques Ambientais etc.

A existência de equipamentos para a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável, a sua distribuição territorial, a crescente e necessária diversificação de destinatários numa perspetiva de educação ao longo da vida, o tipo de recursos de que dispõem e as atividades educativas que neles se desenvolvem, constituem um indicador da capacidade que a sociedade tem para criar condições culturais que tornem possíveis formas alternativas e diversificadas de desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente mais justas e equitativas para todos os cidadãos.

Os elementos base que devem fazer parte de um equipamento para a educação ambiental e para a educação para o desenvolvimento sustentável são:

- Ter um Projeto Educativo orientado a partir das diretrizes que caracterizam a educação ambiental e a educação para o desenvolvimento sustentável;
- Ser um espaço físico com infraestrutura e recursos de forma a concretizar as atividades destinadas aos vários públicos-alvo (escolar e outros sectores da população);
- Oferecer um funcionamento regular ao longo do ano (mais de 120 dias/ano).

Em 2011 foi lançado um inquérito online que permitiu georreferenciar os equipamentos existentes no SNIAMB, consultáveis no Geovisualizador. O inquérito mantem-se disponível para atualização contínua no portal da APA.

CENTRO AZUL/ POSTO DE INFORMAÇÃO BA

Centros Azuis de: Caldas da Rainha (Foz do Arelho), de Leiria (Pedrogão), e Loulé (Quarteira)

As pessoas que vão trabalhar num Centro Azul / Posto de Informação deverão ser formadas previamente de modo a que possam informar devidamente os utentes. De igual modo, todos os elementos, devem ter alguma sensibilidade e preparação na área da educação ambiental, para que possam desenvolver as atividades de EA a realizar nos CA/ PI.
Não constituindo, estas estruturas, um critério imperativo, as entidades locais não são obrigadas a implementá-las.

O QUE SÃO?

Um CA/PI é uma estrutura na qual se prestam informações e se realizam atividades de Educação Ambiental, especificamente para a Bandeira Azul.
Um CA/PI tem de possuir um programa de atividades próprio. Para a apresentação deste programa pode ser preenchida a mesma ficha tipo - Centro Azul/ Posto de Informação
O CA/PI deve estar situado junto a uma zona balnear, num local de fácil acesso para os banhistas. A sua localização deverá estar devidamente assinalada. Na época balnear, deverá ter, em permanência, pelo menos um funcionário assegurando um horário adequado e alargado, especialmente nos períodos de maior afluência.

ASSINALAR

Tipo de estrutura

No primeiro item deve-se assinalar o tipo de estrutura.

Praia onde funciona

O Centro Azul ou o Posto de Informação para a Bandeira Azul têm de estar situados junto à praia galardoada caso contrário não poderá ser considerado para a zona balnear candidata.

Entidade responsável pelo seu funcionamento

Em geral, são as autarquias, mas, por vezes, existem ONGA que ficam responsáveis por estas estruturas.

Nome do funcionário da autarquia para contacto

A exemplo do que sucede para o critério 1, deve haver um funcionário na autarquia que saiba fornecer informações acerca do modo como será cumprido este critério. Os seus contactos (incluindo o endereço eletrónico) devem ser os usados em horário de serviço.

Localização da estrutura

No caso de ser uma estrutura permanente e que exista por ocasião da candidatura, devem ser anexadas fotos datadas dos aspetos exteriores e interiores da estrutura.

Período de funcionamento

Apenas se exige que funcionem durante a época balnear.

Horário

O horário deve ser de cerca de 7 horas por dia, devendo estar aberto também aos fins de semana.

Verba prevista

A instalação, a manutenção e o funcionamento desta estrutura, em termos financeiros, são da inteira responsabilidade da autarquia ou entidade que assegura o seu funcionamento.,
Lembramos que, dado não ser um critério imperativo, este é um investimento facultativo por parte dos municípios.

Número de funcionários

Deverá ter pelo menos um funcionário em permanência, O número total de funcionários deverá ser equacionado em função do bom funcionamento da estrutura e das atividades de EA a realizar.

Formação específica dos funcionários

Os funcionários dos Centros Azuis e dos Postos de Informação da Bandeira Azul deverão ter uma formação específica em Educação Ambiental, bem como na componente que diz respeito ao Programa Bandeira Azul.

.Finalidade, objetivos da estrutura a implementar, equipamentos e listagem das atividades de EA [...]

Devem ser referidos os objetivos da criação da estrutura e os equipamentos que possuem, de modo a poder ser avaliada a exequibilidade das atividades. Alerta-se para o facto de as estruturas na zona

balnear, ou junto a ela, serem muitas vezes alvo de assaltos e de atos de vandalismo, pelo que, no caso de apetrecharem estas estruturas com equipamento (vídeo, televisão, projetor de diapositivos) convém acautelar a segurança do local.

CENTROS AZUIS NA DINAMARCA

Na Dinamarca, país que primeiramente implantou os Centros Azuis (CA) e que, genericamente, definiu o que deve ser uma estrutura deste tipo, encontram-se equipados com lupas binoculares, microscópios, equipamento para efetuar medições, aquários, material de laboratório para pequenas experiências e observações e até material de pesca.
Estão abertos durante todo o ano e oferecem uma grande variedade de atividades, dirigidas essencialmente a crianças e jovens.

Entre as atividades desatascam-se, exposições/atividades sobre:

- Algas e animais marinhos;
- A vida nos oceanos, não apenas sobre a biodiversidade mas também sobre os ciclos biogeoquímicos e o papel dos oceanos no clima;
- A pesca ou a indústria com ela relacionada (p. ex. nos Açores poderão ser sobre a produção de óleo de baleia e sobre a indústria de conserva de atum);
- Aquários para mostrar a vida no oceano;
- Mostra de vídeos acerca dos mares e do ambiente local;
- Atividades de laboratório;
- Análises da água;
- Observação dos microrganismos que interferem com a qualidade da água (ver p. ex. água de esgotos e água do mar limpa).

Visitas guiadas:

- Ao longo da zona balnear ou do porto com um pescador;
- Ao longo da zona balnear com um guarda ou vigilante da natureza (em zona balneares incluídas em Áreas Protegidas) ou com ambientalistas ou especialistas em áreas como a Biologia, a Geografia, a geodinâmica do litoral e a História. Temas a abordar (entre outros) – erosão, aspetos de geologia, conchas, algas, biodiversidade, ecossistemas dunares.

Atividades mais lúdicas:

- Arte com resíduos apanhados nas zonas balneares;
- O oceano como uma despensa – com um cozinheiro local – se o ambiente na despensa for mau os alimentos será de má qualidade;
- Caça ao tesouro na zona balnear, sendo as perguntas de carácter ambiental e os prémios: livros, brochuras ou outro material com informação sobre o ambiente marinho e costeiro;
- Faça o seu próprio postal – com papel reciclado, algas ou corantes naturais.

Exemplos:

Trinta anos, trinta critérios, um objetivo.

PARTE VI

Avaliação

AVALIAÇÃO

Definições:

"A avaliação é um processo sistemático, continuo e integral, destinado a determinar até que ponto os objetivos educacionais foram alcançados" - FERMIN

" A Avaliar é obter e tratar informações que se vão utilizar em seguida para tomar decisões ou para modificar uma decisão já tomada" – Y.TOURNER e C. VASAMILLET

Na **avaliação da candidatura e do relatório final** serão considerados não só **o número de atividades** mas também a sua **qualidade e periodicidade.**

Assim, na avaliação da **qualidade de uma atividade** são analisados vários fatores, tais como:

- **Tema e adequação aos objetivos do Programa**;
- **Conteúdo informativo, formativo e educativo;**
- **Número e o tipo de participantes**. (prevalência a utentes das praias e grupos específicos com atividades inclusivas)
- Número e adequação das **Parcerias**;
- **Avaliação da atividade durante a realização e no final**
- Materiais produzidos (adequação à atividade realizada e ao público-alvo e replicação)

O momento de pensar a avaliação de uma atividade de educação ambiental é o momento de definição da própria atividade. Isto é, quando é definida uma atividade deve ser prevista a sua avaliação de acordo com o tipo de atividade, público-alvo, local de realização, etc.

O Promotor, a pessoa que projeta a atividade a desenvolver deve:

- **Decidir o que quer acompanhar e/ou avaliar** (por ex. n.º de participantes, adaptabilidade dos conteúdos, quantidade de informação que foi veiculada e apreendida, alteração efetiva de comportamentos, satisfação do utente, quantidade de lixo removido, etc.)**;**
- **Eleger os indicadores a serem utilizados e os instrumentos mais adequados** (por ex. n.º de participantes, quantidade de lixo removido, etc. recorrendo a inquéritos, questionários, observação, registos, instalações)**;**
- **Organizar a recolha de informação: Como se pode fazer? Quem deve fazer? Quando?**
- **Analisar e interpretar os dados;**
- **Utilizar a informação.**

A avaliação das AEA representa uma apreciação sistemática e objetiva das atividades em preparação, em desenvolvimento ou concluídas, relativamente à sua conceção, ao seu desenvolvimento e aos seus resultados.

Pretende obter uma apreciação através de uma reanálise das atividades relativamente às suas metas, objetivos e aos meios para os alcançar, dos processos de implementação e dos seus resultados. Visa também melhorar os processos de aprendizagem obtendo e encontrando as explicações quanto aos sucessos e aos insucessos das diferentes atividades.

Este trabalho permitirá que as futuras atividades possam ser mais eficazes e eficientes.

A avaliação tem como principal finalidade verificar como se está a evoluir face aos objetivos inicialmente definidos. Saber se se está a trabalhar de forma eficiente, se estão a ocorrer os resultados esperados numa perspetiva de aprender como fazer melhor.

Para medir o sucesso ou o insucesso no cumprimento dos objetivos que foram inicialmente delineados existe uma série de **dimensões interrelacionadas** sobre as quais é importante que tenhamos um entendimento semelhante, na medida em que todos os intervenientes nestes processos devem ter uma mesma perceção sobre os conceitos e metodologias adotados e que estão a ser postos em prática:

- Relevância
- Eficiência
- Eficácia
- Utilidade
- Sustentabilidade

Relevância

Medida utilizada para determinar até que ponto os **objetivos** da atividade são **adequados à realidade**. Esta análise deve ser central na fase de planeamento, mas durante a fase de implementação deve também estar presente no sentido de saber se as intervenções da atividade, bem como os seus objetivos, estão ainda em harmonia com as necessidades e prioridades que tinham sido identificadas para os beneficiários no início das atividades ou na altura do planeamento inicial. As prioridades que existem e vão sendo definidas pelo promotor podem mudar com o decorrer do tempo, como resultado de mudanças sociais, politicas, demográficas ou ambientais. Assim, uma atividade pode já não ter tanta importância como na altura em que foi concebida.

Eficiência

Corresponde à medida da relação económica entre os recursos afetos e os resultados obtidos através da atividade (custo/benefício). É uma medida de produtividade para verificar até que ponto os resultados gerados derivam de custos aceitáveis. Inclui o uso eficiente dos recursos financeiros, humanos e materiais. Por outras palavras a análise de eficiência quer verificar se o uso de recursos afetos é justificável relativamente aos resultados gerados. Estes recursos podem ser financeiros, temporais, humanos, ou de equipamento.

Existem algumas **sugestões** a seguir para este exercício de medida da eficiência:

- Comparar os recursos afetos à atividade específica que estamos a implementar com outras atividades que sejam do mesmo tipo e que sejam comparáveis;
- Usar elementos de “boas práticas” já conhecidos e referenciados;
- Usar critérios para julgar com a objetividade possível o que for razoável;
- Encontrar respostas para determinadas perguntas: Poderia a atividade ter chegado aos mesmos resultados com custos mais baixos? Poderia a atividade ter atingido mais e melhores resultados com os mesmos custos?

Eficácia

Equivale à medida do grau em relação ao qual foram atingidos os objetivos enunciados inicialmente. Deste modo, é importante que, desde o início, exista uma clara e inequívoca definição de objetivos e metas a atingir. Existem algumas **sugestões** a seguir para este exercício de medida da eficácia:

- As realizações atingiram os objetivos enunciados?
- Existiram efeitos de sinergia internos e externos da atividade em termos de "valor acrescentado" setorial, regional, nacional e comunitário?
- Quais as razões que justificam que os níveis de eficácia atingidos sejam diferentes dos esperados?

Utilidade

Diz-nos em que medida as ações realizadas produziram alterações face à situação inicial, ou seja, julga o impacte obtido pela atividade. O impacte da atividade é, assim, a medida de todos os efeitos e mudanças, quer positivos, quer negativos, provocadas pelo desenvolvimento da atividade, quer tenham sido planeadas quer não.

É talvez a mais exigente componente da avaliação uma vez que é necessário estabelecer condições causais complexas que são às vezes difíceis de comprovar.

Vale a pena ter em conta que aqui se entrecruzam várias vertentes que dizem respeito ao planeamento, quer geral, quer estratégico, quer ainda ao planeamento das ações.

As perguntas para as quais se procuram respostas podem ser do seguinte tipo:

- A estratégia concebida foi útil e eficaz?
- Quais são os resultados efetivos da atividade que implementámos?
- Que diferenças se obtiveram junto dos beneficiários e como foram eles afetados?
- Que tipos de efeitos sociais, económicos, técnicos, ambientais, existiram em relação aos indivíduos, comunidades e instituições?
- Que efeitos, positivos e negativos, previstos e inesperados, resultaram das atividades da atividade?

Sustentabilidade

Corresponde à medida da continuidade da implementação da atividade ou dos seus resultados positivos, após a conclusão de intervenção.

Acontece, com frequência, que muitas das iniciativas de desenvolvimento concretizadas, muitas vezes com afetação de uma grande quantidade de recursos financeiros, de recursos humanos ou de equipamento, falham logo que termina a fase de implementação, quer por não haver meios ou a capacidade e motivação para fornecer os recursos necessários para a sua continuação, quer ainda por outras razões, não excluindo a hipótese de terem existido sistemas de monitorização e de avaliação ineficazes.

As dimensões ambientais, financeiras, institucionais e sociais tornaram-se matérias essenciais de análise na apreciação da sustentabilidade.

Existe um conjunto de fatores que pode ser utilizado para garantir que as atividades serão sustentáveis e continuarão depois da conclusão do financiamento externo, os quais não devem ser ignorados na medida em que está em causa a utilização racional dos recursos. Entre estes fatores incluem-se:

- Económicos (despesas futuras, especialmente custos correntes);
- Institucionais (capacidade administrativa, capacidade técnica, motivação institucional);
- Sociais (interesse da comunidade, vontade politica);
- Fatores relacionados com benefícios ambientais de um modo geral;

Para quem se destina a avaliação?

A todos os intervenientes no processo da atividade: promotor/autor, público-alvo e restantes envolvidas no processo do Programa Bandeira Azul quer seja via formal (plataforma) quer seja via comunicação social de acordo com os interesses do autor na utilidade da sua divulgação. Num contexto de transparência na aplicação dos recursos públicos são também destinatários os cidadãos em geral.

Como se distingue avaliação de monitorização?

Apesar dos termos monitorização e avaliação serem por vezes utilizados indiferentemente, eles correspondem a dois momentos organizacionais distintos, relacionados mas não idênticas.

A monitorização é uma recolha e análise sistemática de informação operada á medida que a atividade evolui. É baseada em metas e atividades estabelecidas e contribui para manter o acompanhamento dos trabalhos, informando os decisores quando algo corre mal. Se realizada de forma adequada é um instrumento essencial para uma boa gestão e fornece uma boa base para a avaliação. Permite saber se os recursos disponíveis são suficientes e se estão a ser bem utilizados, se a capacidade instalada é suficiente e adequada e se se está a fazer o que foi planeado.

A avaliação *on-going* analisa o que se está a realizar, o que se conseguiu e como se conseguiu, e interpreta as razões de eventuais desvios e/ou problemas. Nesta perspetiva é levada a cabo durante a fase de implementação dos Programas com a finalidade de melhorar a estratégia ou o modo de funcionamento.

O que ambas têm em comum é o facto de estarem direcionadas para retirar lições sobre o que se está a fazer e como se está a fazer, focalizando a atenção nos seguintes conceitos já por nós abordados:

- Eficiência
- Eficácia
- Impacte

A monitorização e a avaliação são, pois, dois instrumentos diferentes de gestão que estão diretamente relacionados e que se apoiam de forma interativa.

A monitorização fornece os dados quantitativos e qualitativos necessários para conceber e levar a cabo a avaliação. Por outro lado as avaliações apoiam as atividades de monitorização. Através dos resultados obtidos nas avaliações periódicas, os instrumentos de monitorização e as estratégias de ação podem ser afinadas e desenvolvidas de forma mais aprofundada.

No quadro seguinte apresenta-se uma comparação entre as atividades de monitorização e as de avaliação.

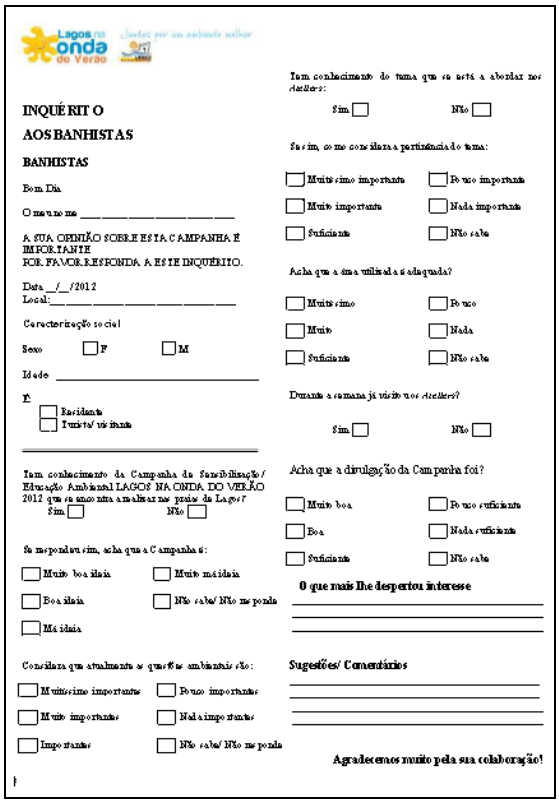
	Monitorização	**Avaliação *on-going***
Frequência	Periódica, regular	Pontual
Atividade principal	Análise, acompanhamento e verificação da informação regular sobre o estado de execução	Análise e interpretação da informação de forma a compreender a evolução face aos objetivos, explicar os efeitos, interpretar os desvios e apontar trajetórias alternativas
Objetivo	Melhorar a eficiência imediata na afetação de recursos	Melhorar para além da eficiência, a eficácia a afetação de recursos e aferir impactes
Fontes de Informação	Sistemas de Informação	Sistemas de informação, inquéritos, estudos e entrevistas

Adaptado de UNICEF, A UNICEF Guide for Monitoring and Evaluation: Making a Difference?

Alguns exemplos de instrumentos de avaliação:

- Inquéritos e tratamento de satisfação na realização das atividades;
- Registo de testemunhos/mensagens de satisfação na realização de atividades e respetivo tratamento;
- Inquéritos e tratamento de averiguação de assimilação de conteúdos;
- Imagens de averiguação de assimilação de conteúdos e tratamento;
- Apresentação de resultados finais (quantas equipas venceram/perderam) depois da realização de jogos com conteúdos ambientais (jogos da glória, estafetas, peddypapers, etc);
- Contabilização do número, idade, nacionalidade de visitantes/participantes nas exposições, ateliês, conferências, seminários);
- Contabilização dos materiais produzidos/distribuídos no âmbito das atividades

Exemplos:



INQUÉRITO
AOS BANHISTAS

BANHISTAS

Bom Dia

O meu nome _____

A SUA OPINIÃO SOBRE ESTA CAMPANHA É IMPORTANTE
POR FAVOR RESPONDA A ESTE INQUÉRITO.

Data __/__/2012
Local:_____

Caracterização social

Sexo ☐ F ☐ M

Idade _____

É:
☐ Residente
☐ Turista/ visitante

Tem conhecimento da Campanha de Sensibilização/ Educação Ambiental LAGOS NA ONDA DO VERÃO 2012 que se anuncia para avaliar as praias de Lagos?
Sim ☐ Não ☐

Se respondeu sim, acha que a Campanha é:
☐ Muito boa ideia ☐ Muito má ideia
☐ Boa ideia ☐ Não sabe/ Não responde
☐ Má ideia

Considera que atualmente as questões ambientais são:
☐ Muitíssimo importantes ☐ Pouco importantes
☐ Muito importantes ☐ Nada importantes
☐ Importantes ☐ Não sabe/ Não responde

Tem conhecimento do tema que se irá abordar nos *Ateliers*:
Sim ☐ Não ☐

Se sim, como considera a pertinência do tema:
☐ Muitíssimo importante ☐ Pouco importante
☐ Muito importante ☐ Nada importante
☐ Suficiente ☐ Não sabe

Acha que a sua utilização é adequada?
☐ Muitíssimo ☐ Pouco
☐ Muito ☐ Nada
☐ Suficiente ☐ Não sabe

Durante a semana já visitou os *Ateliers*?
Sim ☐ Não ☐

Acha que a divulgação da Campanha foi?
☐ Muito boa ☐ Pouco suficiente
☐ Boa ☐ Nada suficiente
☐ Suficiente ☐ Não sabe

O que mais lhe despertou interesse
_____
_____
_____

Sugestões/ Comentários
_____
_____
_____

Agradecemos muito pela sua colaboração!

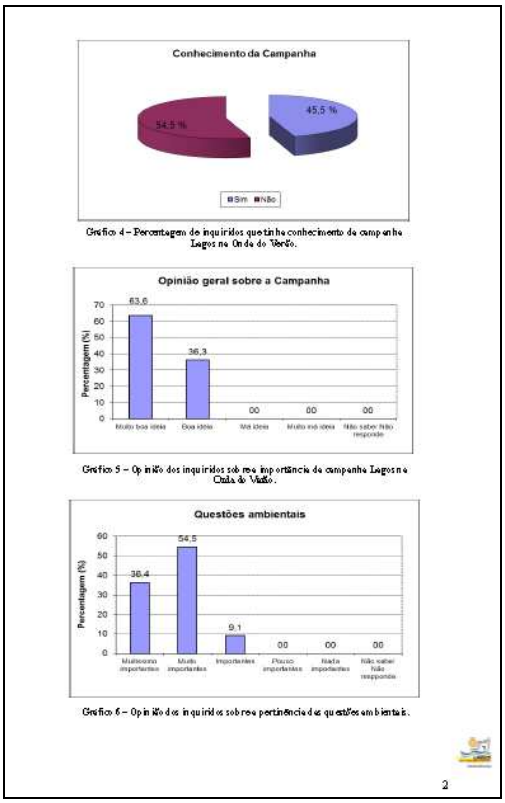
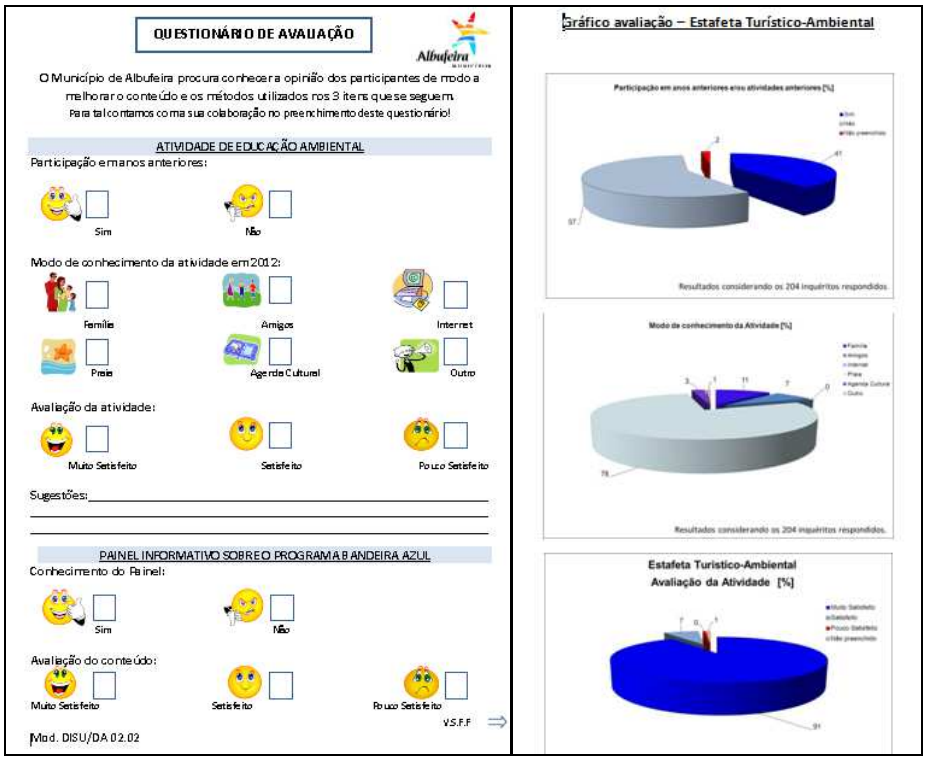


Gráfico 4 – Percentagem de inquiridos que tinha conhecimento da campanha Lagos na Onda do Verão.

Gráfico 5 – Opinião dos inquiridos sobre a importância da campanha Lagos na Onda do Verão.

Gráfico 6 – Opinião dos inquiridos sobre a pertinência das questões ambientais.

Município de Lagos: Inquérito aos banhistas e respetivo tratamento sobre a atividade de educação ambiental



QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

Albufeira

O Município de Albufeira procura conhecer a opinião dos participantes de modo a melhorar o conteúdo e os métodos utilizados nos 3 itens que se seguem.
Para tal contamos com a sua colaboração no preenchimento deste questionário!

ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Participação em anos anteriores:
Sim Não

Modo de conhecimento da atividade em 2012:
Família Amigos Internet
Praia Agenda Cultural Outro

Avaliação da atividade:
Muito Satisfeito Satisfeito Pouco Satisfeito

Sugestões:

PAINEL INFORMATIVO SOBRE O PROGRAMA BANDEIRA AZUL

Conhecimento do Painel:
Sim Não

Avaliação do conteúdo:
Muito Satisfeito Satisfeito Pouco Satisfeito

V.S.F.F.

Mod. DISU/DA 02.02

Gráfico avaliação – Estafeta Turístico-Ambiental

Participação em anos anteriores e/ou atividades anteriores [%]

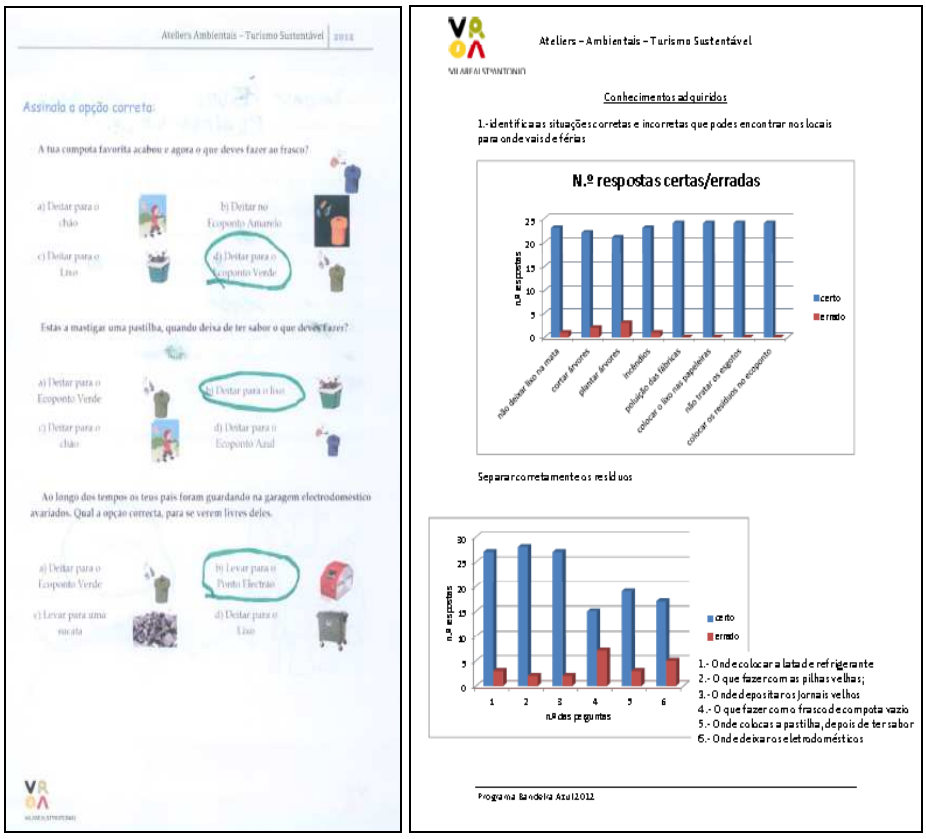
Resultados considerando os 204 inquéritos respondidos.

Modo de conhecimento da Atividade [%]

Resultados considerando os 204 inquéritos respondidos.

Estafeta Turistico-Ambiental
Avaliação da Atividade [%]

Município de Albufeira: Inquérito de satisfação aos participantes na atividade



Ateliers Ambientais – Turismo Sustentável

Assinala a opção correta:

A tua compota favorita acabou e agora o que deves fazer ao frasco?

a) Deitar para o chão
b) Deitar no Ecoponto Amarelo
c) Deitar para o Lixo
d) Deitar para o Ecoponto Verde

Estás a mastigar uma pastilha, quando deixa de ter sabor o que deves fazer?

a) Deitar para o Ecoponto Verde
b) Deitar para o lixo
c) Deitar para o chão
d) Deitar para o Ecoponto Azul

Ao longo dos tempos os teus pais foram guardando na garagem electrodoméstico avariados. Qual a opção correcta, para se verem livres deles.

a) Deitar para o Ecoponto Verde
b) Levar para o Ponto Electrão
c) Levar para uma sucata
d) Deitar para o Lixo

Ateliers – Ambientais – Turismo Sustentável

Conhecimentos adquiridos

1.-identifica as situações corretas e incorretas que podes encontrar nos locais para onde vais de férias

N.º respostas certas/erradas

n.º respostas

certo
errado

não deixar lixo na mata
cortar árvores
plantar árvores
incêndios
poluição das fábricas
colocar o lixo nas papeleiras
não tratar os esgotos
colocar os resíduos no ecoponto

Separar corretamente os resíduos

n.º respostas

certo
errado

n.º das perguntas

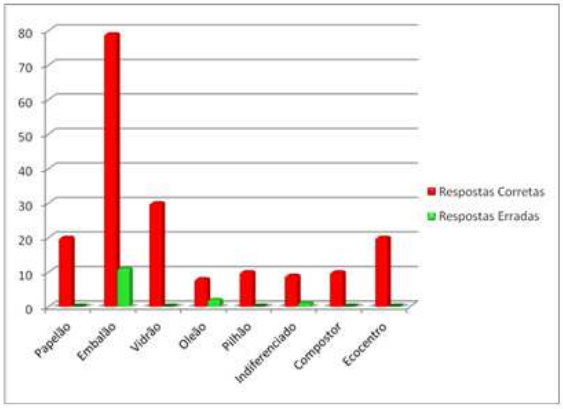
1.- Onde colocar a lata de refrigerante
2.- O que fazer com as pilhas velhas;
3.- Onde depositar os Jornais velhos
4.- O que fazer com o frasco de compota vazio
5.- Onde colocas a pastilha, depois de ter sabor
6.- Onde deixar os eletrodomésticos

Programa Bandeira Azul 2012

Avaliação de conhecimentos adquiridos na atividade de educação ambiental no município de Vila Real de Stº António.

Lixo? Qual Lixo?

Local: Praia Fluvial de Sandomil



Resultados da Actividade EA Lixo? Qual Lixo?, realizada no dia 25 de julho de 2012

Município de Seia: Recolha de resíduos na praia fluvial e respetivo tratamento do tipo e avaliação

Município de Pombal: Realização de uma visita guiada com explicação sobre a biodiversidade da praia e posteriormente solicitou-se às crianças que elaborassem um desenho sobre o que aprenderam. Podendo aferir-se assim se a informação/conteúdos foram ou não assimilados.

Trinta anos, trinta critérios, um objetivo.

PARTE VII

Temáticas e conceitos abordados em edições anteriores no âmbito do Programa Bandeira Azul

Bandeira Azul da Europa European Blue Flag 1999
EMBALAGENS
Ano da Reciclagem de Embalagens
Packaging Recycling Year
Um Símbolo de qualidade
An Award of quality

Bandeira Azul da Europa
European Blue Flag
2000
Ano da preservação das Ribeiras como Áreas Naturais

Bandeira Azul da Europa | European Blue Flag
Bandeira Azul
Ano da Limpeza das Areias
2001

Bandeira Azul
15
anos years
Campanha Bandeira Azul
Blue Flag Campaign
2002

Bandeira Azul
Campanha Bandeira Azul
2003
A Biodiversidade

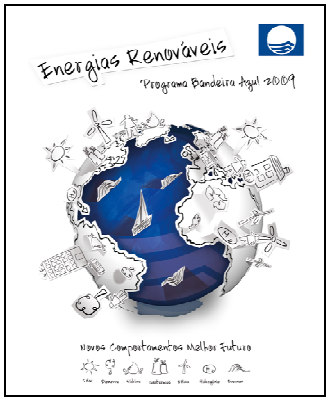
A Segurança
CAMPANHA
BANDEIRA AZUL
2004
BLUE FLAG CAMPAIGN

Campanha Bandeira Azul 2005
Educação
para o desenvolvimento
sustentável.

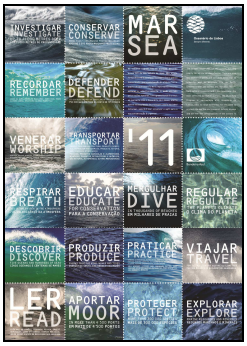
BANDEIRA AZUL
20 ANOS DE PRAIA
20 anos

Bandeira Azul
BLUE
FLAG
PROGRAMME
2007
PROGRAMA
BANDEIRA
AZUL

Alterações climáticas e o litoral
PROGRAMA BANDEIRA AZUL 2008 Novos Comportamentos, melhor futuro.
Fundação Vodafone Portugal


Energias Renováveis
Programa Bandeira Azul 2009
Novos Comportamentos melhor Futuro

Bandeira Azul
BIO
DIVER
SIDADE
2010
SISTEMAS AQUÁTICOS
ABAE


MAR
SEA
'11
DIVE

turismo sustentável

PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL DE PORTUGAL

A ESPÉCIE MAIS PERIGOSA DO OCEANO
'14
80%

2015
FAÇA A DIFERENÇA
MAKE A DIFFERENCE

POLUIÇÃO DOS OCEANOS

O oceano permite à Terra a característica única no nosso sistema solar, a existência de vida. O oceano é um reservatório de água, que através do ciclo da água, se evapora da superfície quando as temperaturas estão mais elevadas, formando nuvens e provocando chuvas que devolvem essa água ao planeta. É Fonte de vida, o oceano representa o nosso futuro, o nosso bem-estar, a nossa alimentação e a nossa sobrevivência. Todos estes factos levam-nos a compreender a necessidade de conservar a vida no oceano, de gerir os seus incalculáveis recursos de uma forma mais racional, a fim de evitar uma rutura do equilíbrio que colocaria em risco toda a vida na Terra.

Dia Mundial dos Oceanos - 8 de junho de 2016

Os Oceanos cobrem dois terços da superfície da Terra e por meio da interação com a atmosfera, litosfera e biosfera desempenham um papel importante na configuração das condições climáticas que tornam a vida possível no nosso planeta. Os oceanos não são somente o habitat de um vasto número de plantas e animais, mas também fornecem comida, energia e múltiplos recursos aos seres humanos.

Em 1992 durante a conferência «RIO 92» foi estabelecida a data de 8 de Junho como o Dia dos Oceanos. Em 1994 a comunidade internacional deu um passo importante para a proteção dos oceanos, particularmente através de um decreto oficial da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar. Um dos principais assuntos, além da preservação da fauna e da flora, é a proteção das populações de algumas espécies como o atum, tubarão, peixe-espada e merlin.

Poluição dos mares e oceanos.

O mar foi desde sempre considerado como um vazadouro natural e durante milénios os ciclos biológicos asseguravam em larga medida a absorção dos dejetos e a purificação das águas. Atualmente, graças à sociedade industrializada e ao mundo militarizado, chegámos a um estado de desequilíbrio do meio marinho. Nele atuam diversos fatores químicos, físicos e biológicos.

O mar possui uma grande capacidade de autodepuração e constitui um meio pouco favorável ao desenvolvimento da maioria dos germes patogénicos. Contudo, o lançamento incontrolado de águas utilizadas, provenientes de zonas urbanas, e os resíduos industriais tornaram as águas costeiras num meio propício ao desenvolvimento de microrganismos patogénicos.

Embora os microrganismos não representem, em regra, um grande perigo para os indivíduos que se banhem nas praias, com exceção do caso de elevadas poluições fecais, constituem um risco indiscutível para quem se alimenta de seres vivos criados nesse meio.

Por exemplo, a presença de abundante matéria orgânica favorece o desenvolvimento e crescimento de bancos de moluscos comestíveis que absorvem e retêm numerosos microrganismos patogénicos para os humanos. Este fenómeno explica a frequência de salmoneloses humanas e outras doenças provocadas por ingestão de moluscos (ostras, amêijoas, berbigão, etc.). Contaminações semelhantes podem ocorrer com os peixes que entram na cadeia alimentar dos humanos.

A poluição química dos mares e oceanos reveste uma importância muito maior do que a poluição por microrganismos. Numerosos detergentes e pesticidas arrastados pelas águas fluviais têm efeitos muito nocivos sobre a fauna e a flora litorais.

Outros produtos de origem industrial podem ter efeitos catastróficos nas comunidades costeiras. Os agentes poluentes, em geral, percorrem toda a cadeia trófica marinha, iniciando-se no fitoplâncton e zooplâncton, para se concentrarem finalmente nos moluscos e peixes que são comidos pelos humanos.

Os produtos petrolíferos têm um efeito nefasto sobre toda a vida marinha e litoral onde atuam. As correntes marinhas facilitam a formação de marés negras, que se abatem sobre as praias e outras zonas costeiras. Os hidrocarbonetos espalhados nos mares e oceanos provêm sobretudo dos petroleiros que limpam os seus depósitos no alto mar e descarregam assim em cada viagem cerca de um por cento do seu carregamento. Esta percentagem pressupõe, ao fim de alguns anos, a existência de muitos milhares de toneladas de produtos petrolíferos espalhados pelos oceanos.

Entre as águas mais gravemente poluídas destacam-se as do Mar Mediterrâneo (também, por isso, designado a "fossa da Europa"), atravessado por milhares de petroleiros, as do Mar do Norte, o Canal da Mancha e os mares próximos do Japão.
A contaminação do meio ambiente por produtos petrolíferos tem como efeito a diminuição da fotossíntese, o tornar difícil a oxigenação das águas devido à camada de hidrocarbonetos e a intoxicação de muitos animais. As aves são particularmente afetadas.
Em 1963, um acidente com o navio Ger-Maersk, na embocadura do Rio Elba, foi responsável pela morte de cerca de 500 000 aves de 19 espécies diferentes. Calcula-se que na Grã-Bretanha o número de aves vítimas de intoxicação por hidrocarbonetos seja de 250 000 por ano. Além das aves, são afetados os moluscos, os crustáceos costeiros e os peixes.

Quanto mais elevado for o nível do organismo na cadeia alimentar, maior é a concentração de poluentes que podem acabar por afetar os humanos, pois estes também são um elo da cadeia alimentar. **http://www.infopedia.pt/$poluicao-dos-mares-e-oceanos**

Portugal está intimamente ligado ao Oceano

Este é um meio de comunicação e transporte, uma fonte de alimentos e de medicamentos, de energia e de recursos vivos. O Oceano gera empregos e é promotor da economia do País.

Paralelamente, o Oceano e as zonas costeiras têm um papel essencial no bem-estar e qualidade de vida da sociedade, quer através das atividades de desporto e de lazer, quer através dos serviços de ecossistema que prestam.

Nesta página poderá encontrar alguns dados sobre a importância do Oceano para Portugal:

- Portugal: Uma nação oceânica
- O Oceano e os serviços dos ecossistemas
- O Oceano e a economia portuguesa: oportunidades e desafios
- Preservar os recursos oceânicos

Fontes de consulta:

Estratégia Nacional para o mar; Ecossistemas e Bem-Estar Humano em Portugal (capitulo 13: O Oceano);
http://www.infoeuropa.eurocid.pt/opac/?func=direct&doc_number=000006201
A Importância Estratégica do Mar para Portugal;
http://www.cienciaviva.pt/img/upload/Estrategia_Nacional_Mar%282%29.pdf
http://www.presidencia.pt/archive/doc/Livro_Verde_-_Uma_Visao_Europeia_para_os_Oceanos_e_os_Mares.pdf
Hypercluster da Economia do*; Portugal e o Mar - À Redescoberta da Geografia,* Tiago Pitta e Cunha, Fundação Francisco Manuel do Santos, 2011;

http://www.oceanario.pt/cms/1255/
http://www.stateoftheocean.org/
http://www.publico.pt/ecosfera/noticia/oceano-esta-mais-quente-mais-acido-e-com-menos-oxigenio-1607932#/0
http://www.youtube.com/watch?v=GhJAQ_RJR9s

http://www.infopedia.pt/$poluicao-dos-mares-e oceanos;jsessionid=VmAnx1mfDdTgniv2hBw18w__

http://www.online24.pt/quantos-oceanos-existem-2/

http://www.cienciaviva.pt/oceano/home/

http://www.cienciaviva.pt/oceano/escola/recursos/index.asp

http://www.cienciaviva.pt/oceano/noticias/kitmar.asp

http://www.gulbenkian.pt/section244artId4361langId1.html

http://oceanos.com.sapo.pt/

http://www.calendarr.com/portugal/dia-mundial-dos-oceanos/

http://www.cienciaviva.pt/img/upload/4_ficha_quemvivenosoceanos.pdf

http://www.emepc.pt/

http://www.emepc.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=159&Itemid=193

O projeto Kit do Mar é resultado do trabalho da Estrutura de Missão para Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) e da Agência Cascais Atlântico, ao qual se juntaram vários outros parceiros tais como a Agência Ciência Viva, a Aporvela, o Aquário Vasco da Gama, a Docapesca, a Esri Portugal, Fórum Empresarial da Economia do Mar, o Ministério da Educação, o Oceanário de Lisboa e o Zoomarine, que contribuem para a sua divulgação, inovação e enriquecimento através da elaboração de novos conteúdos relacionados com o tema “Mar”.

A EMEPC promove anualmente o concurso nacional Kit do Mar. Podem participar as crianças e jovens de todos os ciclos de educação e ensino de estabelecimentos das redes pública e privada. Em Dezembro será divulgado o concurso através da nossa mailing list pelo que sugerimos que se registem no projeto. Para tal basta enviar um e-mail para kitdomar(at)gmail.com com o seu contacto de email e nome e morada do estabelecimento de ensino. http://www.cienciaviva.pt/oceano/noticias/kitmar.asp

A Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental

Foi criada pela Resolução de Conselhos de Ministros n.º 9/2005, com a missão de preparação e submissão da proposta de extensão da plataforma continental de Portugal. O Projeto de Extensão da Plataforma Continental prevê o alargamento dos limites da plataforma continental portuguesa para lá das 200 milhas marítimas. A proposta portuguesa já foi submetida à Comissão de Limites da Plataforma Continental, que funciona junto das Nações Unidas, em 11 de maio de 2009. **O território Português passa a ser de cerca de 4 milhões de km2, equivalente a 91% da área emersa da União Europeia.** Prevê-se que a proposta portuguesa seja avaliada na segunda metade da presente década. Os trabalhos que estão a ser desenvolvidos pela EMEPC de continuação de recolha de dados têm por objetivo o enriquecimento da proposta portuguesa, no sentido de fortalecer a respetiva fundamentação e eventualmente justificar o aumento da área a estender. http://www.emepc.pt/

Património Natural

- Monumentos naturais constituídos por **formações físicas e biológicas** ou por grupos de tais formações com valor universal ou nacional ou local excecional do ponto de vista estético ou científico;

- As **formações geológicas e fisiográficas** e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor excecional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

- Os **locais de interesse naturais** ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor excecional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.

Património Cultural

- **Monumentos**, obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- **Conjuntos**: grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- **Locais de interesse**: obras do Homem, ou obras conjugadas do Homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Fonte: *Convenção para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*

UNESCO lançou Agenda do Património Mundial 2013

http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/unesco_launches_world_heritage_desk_diary_2013/

A Agenda do Património Mundial 2013 apresenta uma página para cada semana com uma foto colorida de um sítio do Património mundial e um breve texto explicativo.

A agenda também inclui uma apresentação da Convenção sobre a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural, seus objetivos, critérios de seleção dos sítios e as instituições responsáveis pela sua implementação, bem como uma lista dos sítios inscritos na Lista do Património Mundial e dos estados-membros que fazem parte da Convenção.

O património é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso Património cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade.

O que faz com que o conceito de Património Mundial seja excecional é sua aplicação universal. Os sítios do Património Mundial pertencem a todos os povos do mundo, independentemente do território em que estejam localizados.

Os países reconhecem que os sítios localizados em seu território nacional e inscritos na Lista do Património Mundial, sem prejuízo da soberania ou da propriedade nacionais, constituem um Património universal "com cuja proteção a comunidade internacional inteira tem o dever de cooperar".

Todos os países possuem sítios de interesse local ou nacional que constituem verdadeiros motivos de orgulho nacional e a Convenção os estimula a identificar e proteger seu Património, esteja ou não incluído na Lista do Património Mundial.

História Sucinta

Preservação do património cultural

O evento que suscitou especial preocupação internacional foi a decisão de construir a grande represa da Assuão no Egito, com a qual se inundaria o vale em que se encontravam os templos de Abu Simbel, um tesouro da antiga civilização egípcia. Em 1959, a UNESCO decidiu lançar uma campanha internacional a partir de uma solicitação dos governos do Egito e Sudão.

Acelerou-se a pesquisa arqueológica nas áreas que seriam inundadas. Sobretudo os templos de Abu Simbel e Filae foram então completamente desmontados, transportados a um terreno a salvo da inundação e lá montados novamente.

O sucesso dessa campanha conduziu a outras campanhas de salvamento, tais como a de Veneza, na Itália, a de Moenjodaro, no Paquistão e a de Borobodur, na Indonésia, para citar apenas alguns exemplos.

Em seguida, a UNESCO iniciou, com a ajuda do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), a elaboração de um projeto de Convenção sobre a proteção do Património cultural.

Associando o património cultural e o património natural

A ideia de combinar a conservação dos sítios culturais com a dos sítios naturais foi dos Estados Unidos. Uma conferência na Casa Branca, em Washington, pediu em 1965 que se criasse uma "Fundação do Património Mundial" que estimulasse a cooperação internacional para proteger as "maravilhosas áreas naturais e paisagísticas do mundo e os sítios históricos para o presente e para o futuro de toda a humanidade".

Em 1968, a União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos (IUCN) elaborou propostas similares para seus membros, as quais foram apresentadas à Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano organizada pelas Nações Unidas em Estocolmo em 1972.

Por último, todas as partes interessadas se puseram de acordo quanto à adoção de um único texto. Assim, a Conferência Geral da UNESCO aprovou, em 16 de novembro de 1972, a Convenção sobre a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural.

Considerando o Património em seu duplo aspeto cultural e natural, a Convenção nos lembra as formas pelas quais o homem interage com a natureza e, ao mesmo tempo, a necessidade fundamental de preservar o equilíbrio entre ambos.

A Convenção

Conteúdo da Convenção:

A Convenção define as classes de sítios naturais ou culturais que podem ser considerados para inscrição na Lista do Património Mundial e fixa o dever que compete aos Estados-membros quanto à identificação de possíveis sítios.

Define também o papel que lhes corresponde na proteção e na preservação desses sítios. Ao assinar a Convenção, cada país se compromete a conservar não somente os bens do Património Mundial localizados em seu território como também a proteger o próprio património nacional.

A Convenção explica ainda como se deverá utilizar o Fundo do Património Mundial, como se deve administrá-lo e em que condições se podem prover assistência financeira internacional.

Como funciona a Convenção

A solicitação de inscrição de um sítio na Lista do Património Mundial deve partir dos próprios Estados signatários. A UNESCO não faz nenhuma recomendação para a inclusão na Lista. Essa solicitação deve incluir um plano que detalhe como se administra e se protege o sítio.

Critérios de seleção

Para serem incluídos na Lista do Património Mundial, os sítios devem satisfazer alguns critérios de seleção.

Os bens culturais devem:

i. Representar uma obra-prima do génio criativo humano, ou

ii. Ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planeamento urbano ou de paisagismo, ou

iii. Aportar um testemunho único ou excecional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido, ou

iv. Ser um exemplo excecional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetónico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou

v. Constituir um exemplo excecional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que tenham se tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis, ou

vi. Estar associados diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excecional (o Comitê considera que este critério não deve justificar a inscrição na Lista, salvo em circunstâncias excecionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais).

É igualmente importante o critério da autenticidade do sítio e a forma pela qual ele esteja protegido e administrado.

Os bens naturais devem:

i. Ser exemplos excecionais representativos dos diferentes períodos da história da Terra, incluindo o registro da evolução, dos processos geológicos significativos em curso, do desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos e fisiográficos significativos, ou

ii. Ser exemplos excecionais que representem processos ecológicos e biológicos significativos para a evolução e o desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos e de água doce e de comunidades de plantas e animais, ou

iii. Conter fenômenos naturais extraordinários ou áreas de uma beleza natural e uma importância estética excecionais, ou

iv. Conter os habitats naturais mais importantes e mais representativos para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles que abrigam espécies ameaçadas que possuam um valor universal excecional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Também são critérios importantes a proteção, a administração e a integridade do sítio. Os sítios mistos têm, ao mesmo tempo, excecional valor natural e cultural. Desde 1992, interações significativas entre o homem e o meio natural têm sido reconhecidas como paisagens culturais.

Proteção de sítios em perigo

A conservação do Património Mundial é um processo contínuo. Incluir um sítio na Lista serve de pouco se posteriormente o sítio se degrada ou se algum projeto de desenvolvimento destrói as qualidades que inicialmente o tornaram apto a ser incluído na relação dos bens do Património Mundial.

Na prática, os países tomam essa responsabilidade muito seriamente. Pessoas, organizações não-governamentais e outros grupos comunicam ao Comitê do Património Mundial possíveis perigos para os sítios. Se o alerta se justifica e o problema é suficientemente grave, o sítio será incluído na Lista do Património Mundial em Perigo.

Financiamento e Apoio

O Fundo do Património Mundial, criado em 1972 pela Convenção, recebe seus recursos essencialmente das contribuições compulsórias dos Estados-membros, totalizando 1% de seus aportes à UNESCO, e de contribuições voluntárias. Outras fontes de ingressos são os fundos fiduciários doados por países com fins específicos e os ingressos derivados das vendas das publicações do Património Mundial.

Assistência internacional

O Fundo do Património Mundial presta assistência na identificação e na preservação dos sítios do Património Mundial. O trabalho de preparação, conservação e preservação relacionado com o Património Mundial é custoso e nem todas as solicitações de assistência internacional podem ser atendidas com os recursos do Fundo do Património Mundial. O Comitê do Património Mundial aplica condições muito estritas e exige que as solicitações se enquadrem em categorias claramente definidas: assistência preparatória, cooperação técnica, assistência emergencial e formação/treinamento.

Programas educativos

Os objetivo do programa educativo do Património Mundial é ajudar escolas e colégios de todo o mundo a incluir informação do Património Mundial em seus programas de ensino e em suas atividades extracurriculares, para que os jovens de hoje e os futuros dirigentes possam compreender e apreciar os bens culturais e naturais de valor excecional para a humanidade. O Centro do Património Mundial, junto com o Setor de Educação da UNESCO, organiza eventos tais como mesas-redondas e foros para informar aos jovens quanto aos objetivos e aos êxitos na conservação do Património Mundial.

Material audiovisual

Estão disponíveis vários artigos multimídia, como CD-ROM, CD fotográfico e CD-I sobre o Património Mundial, incluindo um dicionário multimídia CD-I sobre os sítios do Património Mundial e um CD-ROM sobre 104 cidades do Património Mundial. Também há informação disponível no próprio banco de dados do Centro do Património Mundial na Internet, que inclui breves resenhas de todos os sítios do Património Mundial, em francês, inglês e espanhol.

Procedimento para a inclusão de um bem na Lista do Património Mundial

Como cada país deve proceder para incluir seus sítios na Lista do Património Mundial

1) O Estado-Parte:

Prepara uma lista tentativa de propriedades culturais e naturais em seu território que considera possuir um "excecional valor universal". Seleciona as propriedades para inclusão na Lista do Património Mundial. Um país se torna Estado-Parte ao assinar a Convenção do Património Mundial e comprometendo-se a proteger o seu património cultural e natural.

2) O Centro do Património Mundial:

Verifica se a solicitação de inclusão está completa. Estabelecido em 1992, o Centro do Património Mundial é o ponto focal e coordenador, dentro da UNESCO, de todos os assuntos relativos ao Património Mundial.

3) O ICOMOS e/ou o IUCN:

Enviam especialistas para visitar os sítios, avaliar a sua proteção e gerenciamento. Preparam um relatório técnico. Avaliam se a propriedade possui "excecional valor universal". Duas organizações não-governamentais funcionam como órgãos consultivos: O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e a União Mundial para a Natureza (IUCN).

4) O Bureau do Património Mundial:

Examina a avaliação. Faz uma recomendação para a inscrição ou solicita informações adicionais para o Estado-Parte. Um pequeno órgão executivo composto por 7 membros do Comitê do Património Mundial, o Bureau do Património Mundial prepara o trabalho do Comité.

5) O Comitê do Património Mundial:

Toma a decisão final de inscrever o sítio na Lista do Património Mundial ou adia a decisão, aguardando informações mais aprofundadas ou recusa a inscrição. Constituído por 21 representantes dos Estados-Parte da Convenção, o Comitê do Património Mundial é responsável por guiar a implementação da Convenção do Património Mundial.

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a resolução 57/254 que instituiu a **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável** (2005 a 2015).

As **atividades** de sensibilização e educação ambiental desenvolvidas no âmbito da Bandeira Azul, embora considerando prioritariamente o tema definido para o ano de 2007, poderão ser enquadradas no conceito de ***Educação para o Desenvolvimento Sustentável*** ou Educação para a Sustentabilidade.

O tema **"As Alterações Climáticas e o Litoral"** é suficientemente vasto e abrangente para permitir, com alguma imaginação, integrar atividades que já têm sido desenvolvidas no sentido de minimizar a degradação dos ecossistemas, contribuir para a melhoria da qualidade do ambiente a nível local e regional e contribuir para o bem-estar do indivíduo (segurança, saúde, lazer, etc.)

No **Relatório *"Our Common Future"*- O Nosso Futuro Comum** - (1987) considera-se que o **Desenvolvimento Sustentável** é uma "conceção de progresso que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das futuras gerações satisfazerem as suas".

Este conceito "implica certos limites - não limites absolutos, mas sim limitações impostas pelo estado atual da tecnologia e da organização social relativamente aos recursos ambientais e pela capacidade da biosfera absorver os efeitos das atividades humanas".

"... O desenvolvimento sustentável não é um estado de harmonia fixo, mas antes um processo de mudança em que a exploração de recursos, a orientação dos investimentos e desenvolvimento tecnológico além das transformações institucionais têm de dar resposta às necessidades tanto futuras como presentes".

Na Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento (1992**):**

- **Princípio 1** - "Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Eles têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza";

- **Princípio 4** - "Para se alcançar um desenvolvimento sustentável, a proteção do ambiente deve constituir uma parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada independentemente dele".

Assim, atividades tendo por objetivo sensibilizar, informar e conduzir à adoção de novos comportamentos no sentido de se alcançar o desenvolvimento sustentável podem ter por alvo, entre outros:

- Os industriais (incluindo os do turismo) e outros agentes económicos visando uma correta gestão dos recursos (p. ex. economia de energia e de matérias-primas, controle e minimização da poluição, uso correto de produtos químicos por parte dos agricultores, boa gestão do uso do solo);

- Os consumidores para preferirem produtos mais amigos do ambiente, para evitarem o desperdício de materiais e para utilizarem eficientemente a energia.

UNESCO (1999) - **EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO...**

... é um processo de investigação / educação / Acão permanente centrado na interação das dinâmicas:
- do meio abiótico;
- do mundo vivo não humanizado;
- das sociedades humanas.

A partir de um novo painel de saberes, holísticos e transdisciplinares, promove a formação de cidadãos e incentiva a sua participação na gestão ambiental.

CARTA EUROPEIA DE TURISMO SUSTENTÁVEL - AS ORIGENS

A Carta Europeia de Turismo Sustentável teve origem num estudo sobre o Turismo nas Áreas Protegidas realizado pela Federação EUROPARC, que culminou com a publicação do relatório "*Loving Them to Death*" em 1993, no qual se defende uma forma menos intensiva de turismo que compatibilize e integre os aspetos ambientais, culturais e sociais com o desenvolvimento económico nestes espaços.

Com o objetivo de pôr em prática as conclusões do referido relatório a Federação dos Parques Regionais de França constituiu um grupo com representantes europeus de áreas protegidas, operadores turísticos e ONGAs, que redigiu a Carta, indo assim, ao encontro das prioridades mundiais expressas nas recomendações da Agenda 21 (adotada na Convenção do Rio em 1992) e do 6º programa de ações comunitárias para o desenvolvimento sustentável.

OS OBJETIVOS

O objetivo principal da Carta Europeia de Turismo Sustentável assenta no desenvolvimento sustentável da região de modo a permitir responder às necessidades económicas, sociais e ambientais das gerações presentes sem comprometer as das gerações futuras.

A Carta é, em suma, a constituição de uma parceria entre a Área Protegida com todos aqueles que têm um papel preponderante no desenvolvimento do turismo na região, com o objetivo de nele integrar os princípios do desenvolvimento sustentável. Esta parceria inicia-se a partir da delineação de uma estratégia para o turismo que é estabelecida entre a Área Protegida e os parceiros aderentes, empresas turísticas e operadores turísticos, na qual se desenvolvem atividades, alojamentos e produtos turísticos que sejam social, económica e ecologicamente sustentáveis e que em simultâneo contribuam para um desenvolvimento económico da região.

Esta estratégia assenta em quatro objetivos fundamentais:

· Conservação e valorização do património;

· Desenvolvimento social e económico;

· Preservação e melhoramento da qualidade de vida dos habitantes locais;

· Gestão dos fluxos de visitantes e aumento da qualidade da oferta turística.

OS SIGNATÁRIOS

Atualmente, qualquer tipo de Área Protegida pode, individualmente, candidatar-se à Carta, cujo processo de adesão se desenvolve em três partes, repartidas pelos três seguintes grupos:

· Área Protegida

Elabora um diagnóstico do território e da atividade turística (pontos fortes e pontos fracos), que deverá ser aceite pelos diferentes parceiros e implementada através de um Plano de Ação.

· Empresa Turística e Operador Turístico

Elaboram um diagnóstico das suas atividades, definindo, cada um, uma estratégia assente nos princípios da Carta, que, simultaneamente, integre as expectativas dos visitantes e a conservação e valorização do património natural, social e cultural.

BENEFÍCIOS

Área Protegida

· Distingue-se a nível europeu como sendo um território que contribui para o turismo sustentável;
· Influencia e impulsiona o desenvolvimento sustentável no seu território;

· Favorece um desenvolvimento socioeconómico que respeita o ambiente;

· Desenvolve os produtos locais de qualidade respeitando o ambiente;

· Reforça a sua ação de sensibilização;

· Proporciona uma maior implicação dos profissionais do turismo nas políticas da Área Protegida;

· Reforça as relações entre os diferentes sectores e parceiros;

· Oportunidade para trabalhar e aprender em rede com outras áreas protegidas europeias;

· Reforça a credibilidades das suas ações junto da opinião pública

Empresa Turística

Distingue-se a nível europeu por:

Adotar uma gestão que respeita o ambiente, desenvolver novas oportunidades comerciais através da atracão de clientes seduzidos pelas áreas protegidas e por criar novas ofertas turísticas baseadas na descoberta da natureza e reforçar a qualidade da sua oferta junto dos clientes por estar integrada numa melhor organização do turismo no território e por oferecer uma informação de qualidade sobre a área protegida.

Operador Turístico

Distingue-se a nível europeu por:

Adotar uma gestão ecológica, desenvolver novas oportunidades comerciais atraindo uma clientela sensível às áreas protegidas, propondo uma oferta que responda às expectativas de uma nova clientela europeia e desenvolvendo parcerias com operadores turísticos de outros países da Europa
· Reforça a qualidade da sua oferta propondo um acolhimento mais organizado na área protegida, fazendo intervir os agentes locais e obtendo o suporte da área protegida na elaboração dos seus produtos
· Reforça a satisfação dos seus visitantes mediante a formalização do seu empenho em favor do turismo sustentável e fazendo o acompanhamento de qualidade de pequenos grupos.

A ESTRATÉGIA

Tendo em conta as diferenças existentes entre as áreas protegidas, as prioridades estratégicas e os programas de ação deverão ser determinados localmente entre a área protegida e os parceiros, no entanto os seguintes oito pontos deverão ser sempre desenvolvidos na estratégia a adotar.

1. Proteger e valorizar o património natural e cultural da área protegida:

· Monitorização dos impactos na flora e na fauna e controlo do fluxo de visitantes nas áreas mais sensíveis
· Desenvolvimento de atividades que suportem a manutenção do património histórico, cultural e as tradições locais;
· Redução de atividades que afetem a qualidade das paisagens, da água e do ar
· Estimulando os visitantes e a indústria turística a contribuir através de boas práticas para a conservação do património

2. Providenciar aos visitantes uma experiência de qualidade durante a sua visita:

· Pesquisando quais são as expectativas dos visitantes (atuais e potenciais)
· Ir ao encontro das necessidades específicas de determinados visitantes (portadores de deficiências, idosos, crianças)

3. Proporcionar aos visitantes informação sobre as qualidades específicas da área protegida:

· Providenciar, prontamente, ao visitante uma informação de qualidade dentro e fora da área protegida com a ajuda dos parceiros turísticos
· Criação uma rede de facilidades educacionais assente em serviços que visem a interpretação do património natural e cultural da área protegida destinadas não só aos visitantes como também para os habitantes locais, nomeadamente, grupos e escolas.

4. Estimular a oferta de produtos turísticos específicos que permitam a descoberta e a compreensão do meio natural e cultural da área protegida:

· Criação e apoio a atividades, eventos e pacotes turísticos que visem a interpretação da natureza e do património.

5. Assegurar que o turismo suporta e não reduz a qualidade de vida dos habitantes locais:

· Envolvimento das comunidades locais no planeamento do turismo na região
· Assegurar um bom diálogo entre a área protegida, os habitantes locais e os visitantes
· Identificação e redução de quaisquer conflitos que surjam.

6. Aumentar o conhecimento sobre a área protegida e sobre os assuntos da sustentabilidade entre todos aqueles que estão envolvidos no turismo:

· Criação e apoio a programas de formação para os funcionários da área protegida e para as empresas do sector turístico.

7. Aumentar os benefícios do turismo na economia local:

· Promoção da compra de produtos locais (gastronomia, artesanato, serviços e atividades locais) pelos visitantes e pelo comércio turístico;
· Estimular o emprego dos habitantes locais na área do turismo

8. Monitorizar os fluxos de visitantes para reduzir os impactos negativos:

· Efetuar um registo contínuo do número de visitantes, no tempo e no espaço
· Criação e implementação de um plano de gestão dos visitantes;
· Promover o uso de transportes públicos, da bicicleta, a pé como alternativa à viatura particular

Documentos de Consulta:

http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/patrinatur
http://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_Internacional_para_a_Conserva%C3%A7%C3%A3o_da_Natureza_e_dos_Recursos_Naturais
http://www.aldeiasdeportugal.pt/PT/taxonomia.php?aldeiaid=10009

BIODIVERSIDADE

Biodiversidade ou Diversidade Biológica são os termos que se utilizam quando se pretende descrever o número e a variedade dos seres vivos, considerados a todos os níveis, desde as variantes genéticas pertencentes a uma mesma espécie, passando pela variedade de espécies, de géneros, de famílias e de outros níveis taxonómicos superiores, e incluindo ainda os ecossistemas terrestres e aquáticos (de água doce e marinhos) e os complexos ecológicos que deles fazem parte as comunidades de organismos vivendo em habitats específicos bem como as condições biofísicas em que se encontram.

Assim, pode definir-se biodiversidade:

- *Intraespecífica* - dentro de uma única espécie, considerando o conjunto de variantes genéticas identificáveis, tendo como base os genes presentes e as suas potencialidades;
- *Interespecífica* - entre as diversas espécies presentes numa determinada área ou comunidade biótica, considerando igualmente os grupos taxonómicos a que pertencem;
- *Entre ecossistemas*, considerando a variabilidade e a complexa dinâmica inerentes à sua estrutura e funcionamento, em interação permanente dos organismos vivos com o ambiente físico, mantendo-se contudo cada ecossistema como uma unidade funcional.

Do ponto de vista global, Biodiversidade pode considerar-se sinónimo de *Vida na Terra*, sendo este o resultado de mais de 3 milhares de milhões de anos de evolução, durante a qual se verificaram inúmeras mudanças na constituição genética dos organismos vivos. Estas mudanças resultaram de fenómenos diversos, desde os pequenos desvios nas frequências de genes pouco relevantes, até às perturbações de grande magnitude, de que são exemplo extremo as extinções em massa verificadas nalgumas eras geológicas e que deixaram registos bem marcados. Cada espécie hoje existente é

diferente de todas as outras, apresentando características próprias (morfológicas, fisiológicas, ecológicas, comportamentais) que permitem a sua diferenciação.

Mas quantas espécies de organismos existem na Terra? Ainda hoje não o sabemos, nem temos uma vaga ideia da ordem de magnitude. Segundo alguns autores esse número rondaria os 10 milhões, mas outros afirmam que poderá ir até um máximo de 100 milhões. Todos os anos são identificadas novas espécies, mas menos de 2 milhões estão devidamente classificadas e muitas são apenas conhecidas por um nome científico e algumas linhas descritivas, sendo o estudo das suas características muito incipiente.

Os episódios de mudança e a dinâmica que originaram as espécies atuais fazem parte do processo natural da evolução. Devemos ter em conta que um grande número de espécies se extinguiu por ação de fenómenos diversos, muito antes do surgimento da espécie humana na Terra. Mas as evidências demonstram que atualmente as espécies e os ecossistemas se encontram muito mais ameaçados do que em qualquer outra época histórica devido aos efeitos e às consequências das atividades humanas. A perda de diversidade ocorre em qualquer ecossistema, tanto nas florestas tropicais como nos rios ou lagos, tanto nos desertos como nas montanhas ou nas ilhas, e a extinção de espécies recente tem excedido as piores expectativas dos cientistas.

A taxa de extinção de espécies subiu progressivamente nos últimos 40 anos e, segundo algumas estimativas, a manter-se a atual taxa de desflorestação e de destruição generalizada de habitats e ecossistemas, 2 a 8% das espécies existentes na Terra poderão vir a desaparecer nos próximos 25 anos. Um grande número de espécies locais raras está a desaparecer em consequência da destruição direta ou de perturbações ambientais, e também da introdução de espécies exóticas invasoras que com elas competem pelas condições de sobrevivência ou por ação de doenças transportadas por outras espécies ou pelo próprio Homem. A destruição dos habitats destaca-se entre estas forças letais e a contaminação do ambiente origina casos de mortalidade em massa sobejamente conhecidos (marés negras, poluição por produtos químicos, contaminação dos solos, etc.).

A biodiversidade é o nosso recurso mais valioso mas também aquele que menos estimamos. A fauna e a flora de um país ou região fazem parte integrante do seu património. A espécie humana depende da diversidade biológica para a sobrevivência? Cerca de 40% da economia mundial e 80 % das necessidades dos povos dependem dos recursos biológicos. Neste conceito incluem-se os recursos genéticos, reais ou potenciais, os organismos ou partes deles, as populações ou qualquer tipo de componente biótico de um ecossistema que tenha valor ou utilidade para a humanidade, ou o possa vir a ter em tempos futuros. Quanto mais rica for a diversidade biológica, maior a oportunidade de virem a ser efetuadas novas descobertas nos domínios da medicina, da agricultura, da tecnologia industrial e do desenvolvimento económico; mas também maiores serão as potencialidades para encontrar respostas adaptativas que permitam às próprias espécies fazer face às alterações ambientais. Salvar as espécies é estudá-las de perto e conhecê-las bem de forma a poder explorar de forma inovadora, eficiente e sustentável as suas características.

A biodiversidade é a chave para a manutenção do mundo tal como o conhecemos. Não há maneira de medir a quantidade absoluta de diversidade biológica que desaparece ano após ano. Para as florestas húmidas, a estimativa mais conservadora aponta para 27 000 espécies condenadas por ano, o que significa 74 por dia e 3 por hora!

As medidas a tomar para salvar a diversidade da Terra e para utilizar os recursos de forma sustentável são urgentes e imperiosas? Inventariar a fauna e a flora a todos os níveis, criar riqueza biológica, promover o desenvolvimento sustentável, salvar o que resta e restaurar os habitats selvagens. As soluções exigirão a cooperação entre todos, profissionais e especialistas que há muito

estão separados por tradição académica e pela prática? A biologia, a antropologia, a economia, a agricultura, a governação, o direito e tantos outros, terão de descobrir uma voz comum.

Não pode haver propósito mais inspirador
Do que principiar a "idade da restauração"
Ressuscitando a deslumbrante diversidade da vida
Que ainda nos rodeia.
*(E. O. Wilson in **A Diversidade da Vida**)*

ÁGUA

Cursos de água – de escoamento torrencial ou permanente; despejo de resíduos sólidos e efluentes; qualidade da água dos cursos de água e do mar; vegetação das margens, coberto vegetal das cabeceiras e controlo das cheias. Aspetos culturais – o património relacionado com a água (ex. moinhos de água).

Recursos hídricos do concelho – levantamento da situação dos recursos hídricos, incluindo focos de poluição hídrica no concelho. Ecossistemas aquáticos. Sistemas de abastecimento de água. A evolução, ao longo dos tempos, dos recursos e da relação população humana com a água. Usos da água. Sistemas tradicionais de rega. Alterações climáticas e hidrologia.

Qualidade da água - como se determina, como se tratam as águas residuais, águas para consumo público, águas de banho. Questões de saúde associadas à má qualidade da água.

Comportamentos - Poupança de água, como evitar a poluição hídrica (uso racional de detergentes, pesticidas, herbicidas) e a erosão dos solos.

Animais de estimação - perigos para a saúde pública associados à presença de animais na zona balnear, sensibilização da população para não levar para a zona balnear animais de estimação e cavalos.

Gestores da zona balnear - formação dos responsáveis da zona balnear (concessionários, hotéis, nadadores salvadores, donos de restaurantes, etc.) para uma boa gestão da zona balnear.

ECOSSISTEMAS DO CONCELHO

As Áreas protegidas (geralmente englobam mais de um tipo de ecossistema), **matas, florestas, dunas, pinhais litorais**, **ecossistemas aquáticos** (de água doce, salobra ou salgada), **arribas, ecossistemas agrícolas, ecossistema urbano, etc.**

Conhecimento do património biológico, geológico, cultural e paisagístico da área. Importância da **biodiversidade.** Relações população humana/quadro natural. Problemas que afetam os ecossistemas, procura de soluções, como prevenirem a sua ocorrência. Visitas de estudo, percursos pedestres e de descoberta. Acampamentos ecológicos para estudo da área (apenas em locais autorizados). Levantamento fotográfico ou outro não destrutivo dos valores naturais e patrimoniais da área. Trabalhos de pesquisa e divulgação de resultados (expressão artística, oral, escrita, corporal). Limpeza de ribeiras, de matas, colocação de painéis de sensibilização para evitar o despejo de resíduos e o fogo; trabalhos de reflorestação, de recuperação dunar, de manutenção da vegetação das margens dos cursos de água (vegetação ripícola) feitos por **voluntários**.

Seres vivos - que se podem encontrar nas zonas marinhas, terrestres e fluviais do concelho, **importância da biodiversidade**, o papel das plantas na formação das dunas e proteção das arribas e dos solos. Estudo da fauna e flora ameaçadas e a necessitarem de proteção. Preservação dos habitats, enquanto única forma de preservar as espécies. Colocação de ninhos, bebedouros e alimentadores. Seres vivos das ribeiras e restantes cursos de água; bioindicadores da qualidade da água. **Visitas ao oceanário e a aquários para observar a biodiversidade marinha.**

Seres vivos utilizados pela população - levantamento das espécies usadas tradicionalmente (alimentação, saúde, "mezinhas", simbologia) e estudo das razões que levaram à rarefação de algumas delas. O estudo da toponímia e dos apelidos e o seu relacionamento com a geografia e os seres vivos existentes no local (p. ex. o apelido “Teixeira” significa “local onde existem teixos”, espécie existente no Norte do país onde é cada vez mais rara).

Os fatores abióticos e a vida – a geologia, a meteorologia, a atmosfera e as alterações climáticas, a rarefação da camada de ozono e os seus efeitos sobre a vida na Terra. Causas das alterações climáticas; destruição do ozono estratosférico e o cancro de pele.

SEGURANÇA

Da generalidade dos relatórios de atividades de Educação Ambiental, transparece o êxito da maior parte das realizações efetuadas em parceria com entidades locais, e o elevado grau de satisfação dos participantes.

A importância deste tema e a sua estreita correlação com o Desenvolvimento Sustentável, leva-nos a sugerir que continue a ser considerado, com elevado grau de prioridade.

Interessa, sobretudo, salientar a componente **prevenção.** Assim, todas as atividades que permitam incentivar a aquisição de atitudes corretas em relação aos diferentes componentes ambientais (naturais, antropomórficos), serão importantes contributos para um desejável equilíbrio entre o Homem e a sua envolvente.

A prevenção deverá ser uma preocupação do dia-a-dia, ultrapassando largamente as necessárias e importantes atividades de simulação de salvamento nas zonas balneares.

Prevenir, Como? Onde?

- Nas relações com os recursos naturais é fundamental aprender a respeitar:

  O SOL – Necessário à vida, mas tão nefasto quando incorretamente utilizado... Ex. de atividade - construção de “ semáforos solares”, com indicação dos períodos de exposição/ não exposição ao sol.

O MAR – Simultaneamente agradável e perigoso, mesmo para aqueles que pensam conhecê-lo! …
Conhecer a sinalética das zonas concessionadas e uma atitude de profundo respeito nas restantes.

A DUNA / O AREAL – Constitui uma zona tampão das áreas litorais baixas, sistema de equilíbrio extremamente instável no jogo do mar com a orla litoral. Respeitar a duna passa: pelo não pisoteio, a destruição da vegetação, a construção de habitações ou de vias devias de comunicação, em especial se forem revestidas com produtos betuminosos.

O areal é uma área com a qual estabelecemos um largo contacto epidérmico e que, por isso, deve também ser considerado numa perspetiva de saúde individual e pública. Não deverá ser o recetor de todo o "lixo" que os utilizadores decidem rejeitar. Os animais de companhia sofrem como calor, a areia, a água salgada, e, podem ser focos de contaminação, assim, devem ficar em casa...

Os Sismos – As Cheias – O Vendavais - Constituem fenómenos naturais que devemos conhecer, e aprender os comportamentos adequados para evitar situações de pânico.

- **NA ESCOLA**

Uma parceria com a Proteção Civil permitirá divulgar as normas de segurança. Os exercícios de evacuação obrigatórios nas escolas não devem ser vistos como um processo de "escapar a uma aula", mas si como algo importante. Uma utilização correta dos equipamentos evitaria muitos acidentes... (o mobiliário não é para desaparafusar... As balizas não são para fazer exercícios de suspensão...) O trajeto casa - escola terá, necessariamente pontos de diferentes graus de perigo que podem ser prevenidos com a ajuda de exercícios de segurança rodoviária.

- **EM CASA**

Cuidados com a utilização dos equipamentos elétricos, fugas de gás, procedimentos em caso de incêndio, etc.

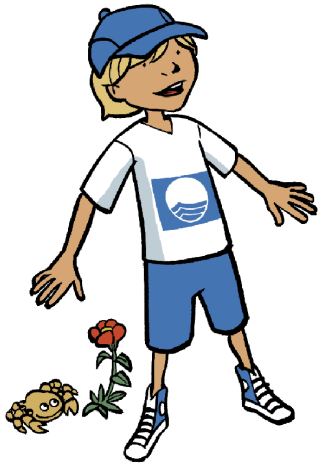
LITORAL E NÃO SÓ!

O alargamento dos temas e do âmbito geográfico **não é sinal de abandono do objetivo de consciencializar as populações para o ambiente marinho e costeiro.** Com efeito, o litoral é muitas vezes um espelho de situações problemáticas existentes noutros locais. Na realidade, a destruição das dunas, a construção no litoral, a falta de areia nas zonas balneares e a presença de resíduos sólidos ou poluentes nas areias e nas águas têm, muitas vezes, a sua origem noutras zonas, sendo resultantes de uma deficiente estratégia de ordenamento; de uma má gestão dos produtos mobilizados pela floresta, a agricultura e a indústria; da deposição de resíduos sólidos perigosos ou não, em locais não apropriados; da falta de sistemas de tratamento de efluentes sólidos e líquidos, entre outros.
Para a resolução de todos estes problemas são necessárias não só medidas técnicas mas também pedagógicas, pelo que é neste âmbito que as atividades de Educação Ambiental são importantes e podem ajudar o trabalho das autarquias.

O objetivo último e final das atividades de EA é sempre a melhoria do ambiente e a prevenção de problemas ambientais. Desta forma, há que **sensibilizar as pessoas para conhecerem os valores ambientais (naturais e culturais) e contribuírem para a sua preservação, bem como para a prevenção e resolução dos problemas que os afetam.**

Muitas **escolas** incluem no seu **Projeto Pedagógico várias atividades e até Projetos de EA, que poderão ser integrados no Programa.** O mesmo sucede com **as Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) que no seu plano de atividades incluem algumas que podem ser inseridas no Programa.**

Os temas e estudos apresentados devem ser abordados na ótica do cidadão que necessita de conhecer a importância da sua participação ativa na melhoria da qualidade de vida do seu concelho. As equipas de especialistas podem, no entanto, contribuir com o seu conhecimento técnico/científico, para o aprofundamento dos temas. Assim, a realização de um projeto, por uma equipa científica, para levantamento, p. ex. das espécies existente no litoral de um concelho não é educação ambiental. Porém a divulgação dos resultados e/ou a realização de atividades de sensibilização para a riqueza de um património natural que urge preservar, já poderão ser consideradas.



LIMPEZA DAS AREIAS

Limpeza das areias e saúde – Os esgotos, os resíduos sólidos deixados no areal e/ou os trazidos pelo mar e a contaminação das areias. Perigos para a saúde pública (ex. dermatites, problemas respiratórios, alergias). Tempestades e qualidade da água e areia.

Inventário dos resíduos abandonados no areal – atividades de recolha de R. S., com os banhistas, e analisar o que se recolheu. Divulgar os dados através de uma exposição usando o lixo recolhido. Algumas autarquias têm colocado cartazes, logo à entrada da zona balnear, explicando o que os sacos de lixo contêm e divulgando a quantidade de resíduos que as pessoas aí abandonaram. Será importante colocar também informação sobre os problemas para a saúde que podem advir do facto de existirem resíduos na zona balnear.

MEIO URBANO

Visto que a maioria da população portuguesa é urbana e que alguns núcleos urbanos de concelhos com zona balneares candidatas estão envolvidos pelo Programa Polis, este poderá ser um bom tema para atividades a realizar fora da época balnear.

Campanhas de gestão e poupança de energia. Estudo de gastos energéticos, fontes energéticas utilizadas, incentiva ao uso de transportes públicos e de sistemas de poupança energética (ex. tipos de lâmpadas, calafetagem de portas e janelas).

Respeito pelos espaços e mobiliário públicos - Estudo e divulgação dos resultados de vários temas feito por alunos ou outras pessoas (de forma voluntária e não paga) e divulgação dos resultados acerca do estado ambiental das ruas, mapas com localização de mobiliário urbano, inventário de edifícios ou outras estruturas com valor histórico e arquitetónico e sua divulgação. Inventário das fontes de poluição e locais mais poluídos (ex. ruas com muito trânsito, inclinadas e estreitas apresentam, geralmente, o ar mais poluído).

Campanha de sensibilização dos donos dos cães para que recolham os dejetos que os mesmos produzem nos espaços públicos e para não levarem os animais para a zona balnear.

Fauna e flora – Por vezes existem factos interessantes sobre as aves que habitam as cidades e as suas formas de adaptação. De igual modo, algumas informações históricas poderão ser curiosas, tais como, em tempos idos, a importação de gatos para controlar a população de ratos nas cidades ou saber que eram os cães que faziam a "limpeza dos restos de alimentos".

Programas de recuperação urbana – ex. Programa Polis. O meio urbano é responsável na Europa por uma importante fatia do turismo, pelo que os projetos de dinamização e recuperação dos centros históricos, bem como o Programa Polis poderão ser importantes no sentido de simultaneamente melhorarem a qualidade de vida das populações residentes e aumentarem o turismo e o usufruto dessas zonas.

Outras Campanhas - Prevenção do ruído, de recolha seletiva de RSU, de controlo da poluição atmosférica provocada por veículos automóveis ou outros, em especial junto a zonas balneares em frentes urbanas, incentivo ao uso de transportes públicos ou de veículos não poluentes.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Dado que há critérios relacionados com o ordenamento do território, este poderá ser um bom tema, devendo ser dados bons e maus exemplos desta problemática. Poderão ser abordados vários assuntos, tais como:

Construção em locais não apropriados - nas dunas, leitos de cheia, arribas, em zonas em risco de desabamento ou sísmico, em solos com aptidão agrícola ou noutros locais**;** construção clandestina;

Agricultura realizada em solos sem aptidão agrícola (ou práticas agrícolas não adequadas ao tipo de solos**;**

Culturas de espécies florestais de crescimento rápido em solos com aptidão agrícola; desflorestação do topo das serras e das cabeceiras dos cursos de água;

Indústrias poluentes em locais não apropriados (ruído e outros tipos de poluição afetando populações humanas e ecossistemas frágeis);

Ordenamento e gestão dos cursos de água, tipo de ocupação dos vales e leitos de cheias, manutenção da vegetação das margens dos cursos de água, ocupação das cabeceiras, manutenção

da vegetação dos taludes, aproveitamentos hidráulicos e hidroagrícolas, pontos de obstrução ao escoamento;

Instrumentos de ordenamento do território – Reserva Ecológica Nacional (REN), Reserva Agrícola Nacional (RAN), Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT), Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIMOT), Plano Diretor Municipal (PDM), Planos de Urbanização (PU), Planos de Pormenor (PP), entre outros e sua aplicação.

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Estudo da situação de recolha (p. ex. levantamento do número e tipo de contentores existentes e sua localização e estado de limpeza), seleção, valorização e destino final dos RSU produzidos no concelho. Visitas a aterros, lixeiras e a locais de valorização (estações de triagem, de compostagem e empresas que procedam à reciclagem e reutilização). Levantamento dos locais onde existem despejos não autorizados de RS.

Campanhas de diminuição da quantidade de RSU produzida (adoção de comportamentos de consumo mais ambientais), de reutilização e reaproveitamento, limpeza de locais (ex. "Vamos limpar o Mundo, vamos Limpar Portugal"), recolha seletiva em escolas, organizações não-governamentais ou outras entidades, oficinas de reciclagem.

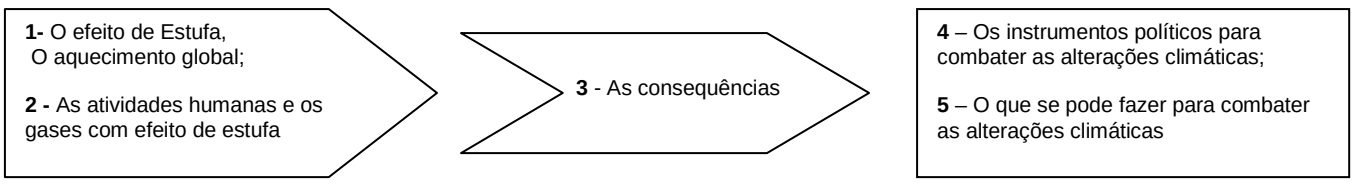
Questões de saúde pública relacionadas com a deposição de resíduos em locais inapropriados, poluição da água, do solo, do ar, devido aos resíduos sólidos.

Estudo da quantidade de RSU correspondente a resíduos de embalagens. Como espalmar embalagens de cartão composto. Construção de "compactador de latas" e de contentores para recolha seletiva em escolas.

Desfiles de Carnaval e concursos de moda com trajes feitos com RSU. Oficinas de reciclagem e reutilização usando RSU para fazer, p. ex. papel reciclado, *papier maché* (para louça e materiais decorativos), instrumentos musicais, brinquedos, espantalhos, cenários para peças de teatro. Feira da reciclagem com artesãos que façam estes aproveitamentos e com recolha - "concurso" - premiando quem depositar mais resíduos para reciclar.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Relativamente ao tema das Alterações Climáticas propõe-se que sejam desenvolvidos alguns aspetos relacionados, designadamente, com:



As Alterações Climáticas têm vindo a ser identificadas como uma das maiores ameaças ambientais, sociais e económicas que o planeta e a humanidade enfrentam na atualidade.
A Convenção-Quadro das Nações Unidas relativa às Alterações Climáticas (CQNUAC) e as negociações em curso sobre o regime climático pós-2012, têm como objetivo de longo prazo a estabilização das concentrações de gases com efeito de estufa (GEE) na atmosfera a um nível que evite uma interferência antropogénica perigosa no sistema climático. Para atingir esse objetivo, a

temperatura global anual média da superfície terrestre não deverá ultrapassar 2 °C em relação aos níveis pré-industriais.
A emissão de gases com efeito de estufa é um fenómeno comum a vários sectores de atividade, justificando, por isso, o carácter transversal das políticas de mitigação das Alterações Climáticas e de adaptação aos seus efeitos.
Efetivamente, para fazer face ao problema das Alterações Climáticas existem essencialmente, duas linhas de atuação – mitigação e adaptação. Enquanto a mitigação é o processo que visa reduzir a emissão de GEE para a atmosfera, a adaptação é o processo que procura minimizar os efeitos negativos dos impactes das alterações climáticas nos sistemas biofísicos e socioeconómicos. Os métodos para avaliação e determinação das emissões de GEE e a sua mitigação estão perfeitamente descritos em bibliografia diversa. Importa, agora, face á consciência generalizada de que as Alterações Climáticas estão já em curso, e que nalgum grau os seus impactes são inevitáveis, dar uma crescente atenção à vertente da adaptação.
Uma vez que as Alterações Climáticas constituem um problema global, as decisões no que respeita quer à mitigação quer à adaptação envolvem ações ou opções a todos os níveis da tomada de decisão, desde o nível mais local e da comunidade ao nível internacional, envolvendo todos os governos nacionais. A resposta política a este problema requer uma ação concertada e assertiva, traduzida na tomada de medidas que minimizem as causas antropogénicas e que preparem a sociedade para lidar com os seus impactes biofísicos e socioeconómicos.
http://ec.europa.eu/clima/
http://www.eea.europa.eu/themes/climate
http://hqweb.unep.org/climatechange/NewHome/tabid/794594/Default.aspx
Algumas publicações disponíveis:

- Exposição sobre Alterações Climáticas (APA), por marcação;
- Caderno de acompanhamento da exposição " O Futuro do nosso Clima, O Homem e a atmosfera" (APA);
- Livro, "Vamos Cuidar da Atmosfera": guia do professor, atividades para alunos (FAPAS e APA).

INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

Porque poderá ter algum interesse, transcrevemos a definição de interpretação ambiental apresentada no DL n.º 47/99 do Ministério da Economia acerca do Turismo de Natureza:
Interpretação ambiental - "toda a atividade que permite ao visitante o conhecimento global do património que caracteriza a Área Protegida, através da observação no local, das formações geológicas, da flora, fauna e respetivos habitats, bem como de aspetos ligados aos usos e costumes das populações"...
Apesar da interpretação ambiental ser geralmente associada às áreas protegidas, ela pode ser realizada em qualquer local, visto que o seu objetivo é levar os participantes a **perceberem o funcionamento dos sistemas e a relação entre ambiente e conservação** a fim de proporcionar uma **tomada de consciência do ambiente e suscitar o desejo de contribuir para a sua conservação e melhoria, assegurando o futuro do património histórico-cultural e ambiental**.
O objetivo principal da interpretação é **despertar e provocar sentimentos da parte do recetor**. Assim, implica sempre uma **experiência direta, visual e, de modo geral, sensorial**.
Por vezes, subdivide-se a interpretação ambiental em 3 grupos consoante o "objeto" a interpretar:

Locais históricos - explicam o passado relacionando-o com as condições sociais e ambientais;

Áreas naturais - explicam-se ou revelam-se as características da área através das inter-relações entre o meio abiótico e abiótico (incluindo o Homem) sendo particularmente importante nas áreas protegidas onde existem os chamados "centros interpretativos";

Ambiente em geral - são explicadas as relações entre o Homem e o Ambiente.

Refira-se que, a interpretação é particular e heurística, i.e. segue um caminho de descobertas sucessivas. Para além disso, os participantes não necessitam de ter uma preparação prévia aprofundada, podem nem conhecer o local a interpretar, mas encontram-se *a priori* num estado de espírito recetivo que tem de ser aproveitado para que a tomada de consciência dos problemas resulte mais eficaz. Nas atividades de **Interpretação Ambiental** a informação é explicada, considerando-se esta **"a arte de explicar o real".**

A DEFESA DO AMBIENTE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DIZEM RESPEITO A TODOS

A Bandeira Azul depende do esforço de todas as entidades e de todos os cidadãos cujos comportamentos se refletem sobre o litoral.
Por isso, a realização das atividades de Educação Ambiental depende de todas as forças vivas da região e de todos os munícipes e utentes das zona balneares, pelo que se deve tentar **envolver o maior número de entidades e de pessoas** nesta tarefa.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Art.º 9º, alínea c)
São tarefas fundamentais do Estado
Proteger e valorizar o património cultural do povo português,
Defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais
E assegurar um correto ordenamento do território.

Art.º 66º, Ponto 1
Todos têm direito a um ambiente de vida humano,
Sadio e ecologicamente equilibrado e o *dever de o defender.*

janeiro/2016